



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0458/14	DATA: 29/04/2014	
LOCAL: Plenário 4 das Comissões	INÍCIO: 16h10min	TÉRMINO: 19h30min	PÁGINAS: 71

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
GESSÉ SIMÃO DE MELO - Ex-Presidente da Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada - COOMIGASP.

SUMÁRIO
Coleta de informações a respeito das denúncias que envolvem a Cooperativa de Garimpeiros de Serra Pelada — COOMIGASP e a empresa Colossus Minerals Inc.

OBSERVAÇÕES
Há orador não identificado. Há palavras ou expressões ininteligíveis. Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Daremos início aos trabalhos desta reunião extraordinária de audiência pública da Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa, tendo como objetivo subsidiar o relatório de uma PFC que está sob a nossa relatoria.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, declaro abertos os trabalhos desta reunião de audiência pública, destinada a coletar informações a respeito de denúncias que envolvem a Cooperativa de Garimpeiros de Serra Pelada — COOMIGASP e a Empresa Colossus Minerals Incorporation, objeto do Requerimento nº 596, de 2014, de autoria deste Deputado.

Convido para tomar assento à Mesa o Sr. Gessé Simão de Melo, ex-Presidente da COOMIGASP. Eu gostaria de agradecer, em nome de todos os membros, a presença do convidado, que aceitou o nosso convite para comparecer e debater o tema nesta reunião.

Antes de iniciarem as exposições, gostaria de expor a este colegiado os procedimentos para o funcionamento da audiência pública, de forma a garantir o bom andamento dos trabalhos. O tempo reservado para convidados é 20 minutos, prorrogáveis, não podendo ser aparteados. Encerrada a exposição, falará o autor do requerimento, pelo prazo de 10 minutos. Encerrada a explanação, falarão os Líderes inscritos, pelo prazo de 5 minutos, não sendo permitidos apartes. Cada Deputado inscrito para interpelação poderá fazê-lo por 3 minutos. O convidado terá igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica no mesmo prazo.

Passo a palavra ao Sr. Gessé Simão de Melo, que terá o prazo de 20 minutos para fazer a sua exposição perante os membros desta Comissão.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores presentes, quero agradecer a oportunidade que me dão para poder expressar e revelar todos os acontecimentos de Serra Pelada. Tenho conhecimento de tudo o que aconteceu ali desde a época em que eu assumi, mas é importante a gente fazer uma busca lá no passado.

Quando eu cheguei a Serra Pelada, nós tomamos conhecimento de que, na época do Sr. Sebastião Curió, em que estava como comandante da cooperativa o Sr. Alexandre e também o Sr. Pedro Bernardino, naquela época existia no Banco Central disponível a sobra do paládio. Estava disponível, aliás, estava no Banco



Central e foi disponibilizado na Caixa Econômica. E havia uma promessa de que se podia buscar esses recursos para se fazer um trabalho social em Serra Pelada. Ou, então, empresas que tinham trabalhado em Serra Pelada poderiam fomentar, buscar esses recursos.

A verdade é que a vergonha desde essa época. Como nós nunca tivemos nenhuma autoridade que quisesse cuidar de Serra Pelada, que quisesse cuidar de garimpeiros, naquela época corria tudo solto, tanto que eles formataram, formularam processos de trabalho dentro da cooperativa por empresas que nunca foram a Serra Pelada! Para que V.Exas. tenham uma ideia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, há empresa lá que tem mais de 80 milhões para receber sem nunca ter ido a Serra Pelada. Isso foi há mais de 20 anos — e isso para buscar o dinheiro que estava na Caixa Econômica, que era a sobra do paládio.

Naquela época, o então Senador Edison Lobão, um homem a quem eu quero fazer referência, sempre cuidou dos garimpeiros. Este, sim, tem uma tarefa árdua a favor do garimpeiro. Foi o nosso pai, foi o nosso irmão, foi querido em todos os momentos, porque sempre esteve conosco. Naquela época se juntou ao Ministério Público e, então, criaram uma lei no Senado para que fosse impedido o pagamento daquelas empresas fraudulentas, que queriam receber o dinheiro, barganhar o dinheiro, para fazer barganha com os ex-diretores, tudo uma combinação para poder pegar o dinheiro do garimpeiro na Caixa Econômica. E isso não aconteceu.

Mas isso, naquela época, causou um grande estrago na cooperativa. Por quê? Porque esses processos foram transitados em julgado na Justiça. Aqueles diretores, irresponsáveis — a comando do Seu Curió, de Pedro Bernardino e Alexandre —, deixaram transitar em julgado e comprometeram a conta oficial da cooperativa.

Para os senhores terem uma ideia, o nome da cooperativa era COOGA, passou para COOMIGASP e, em seguida, para COOMIGASP, em 1984. Tivemos problemas inclusive com o CNPJ. Tenho documentos aqui que provam — depois os entregarei — que, naquela época, o CNPJ estava sendo reclamado pelos vândalos de Serra Pelada. Vou falar neste momento quem são os vândalos de Serra Pelada. Eu denunciei esses vândalos, em 2009, na Comissão... Deputado Cleber Verde, qual é o nome da comissão em que fiz a denúncia naquela época?



O SR. DEPUTADO CLEBER VERDE - Comissão de Direitos Humanos.

O SR GESSÉ SIMÃO DE MELO - Sim, a Comissão de Direitos Humanos. Denunciei essa turma toda que fazia o crime organizado dentro de Serra Pelada. Esses homens eram ligados àquele pessoal que fez todo esse vandalismo. A expressão é “molecagem”. Perdoem-me o termo, mas é “molecagem”.

Bem, a verdade é que a cooperativa ficou complicada. O tempo passou e ninguém resolveu. Os diretores, ou seja, os conselhos administrativos que eram eleitos, colocavam ou apontavam a diretora eleita no conselho administrativo, a diretora financeira ou o diretor financeiro, e esse é que movimentava a conta da cooperativa. Muito bem, a verdade é que os procedimentos de prestação de contas, os recibos, as notas fiscais, tudo era com o CNPJ da COOMIGASP, em nome da COOMIGASP. E se prestava conta com os garimpeiros, é disto que eu tenho conhecimento. Tenho conhecimento é disto: na época deles, botavam 2 mil ou 3 mil garimpeiros para aprovar. Era uma coisa controlada pelo Sr. Sebastião Curió e seu bando, que são os elementos que sempre fizeram vandalismo em Serra Pelada — prostituição infantil, matança de gente. Um companheiro meu, o Manoel Batista, morreu nos meus braços. E aquilo era para mim, era para mim a emboscada! Tudo gente do Sr. Curió! Tudo gente do Seu Curió, ligada a esse grupo que fazia o crime organizado de Serra Pelada.

Bem, ficou complicada a conta da cooperativa, como eu já disse. Então, a conta era movimentada em nome do diretor financeiro. Acontece que, naquele tempo, não se evoluiu nada, porque na verdade aquilo ali era um antro, um antro de irresponsabilidade, apenas para produzir recursos dos garimpeiros, recebendo taxas e colocando no bolso, porque eles nunca plantaram uma balinha em Serra Pelada, nunca fizeram nada em Serra Pelada. Não evoluíram no projeto, não recebiam concessão de... Aliás, não recebiam nem mesmo alvará de pesquisa. Tudo uma mentira e uma enrolação com os garimpeiros. Foi quando nós, convidados pelos garimpeiros, tomamos partido.

Eu era Secretário de Estado, ou seja, Subsecretário de Estado do Governador Jackson Lago, quando fui convidado para ajudar os garimpeiros. Esta é a terceira missão, Srs. Deputados, que eu executo na minha vida e que deu certo. E tenho certeza de que essa vai dar certo, porque ninguém vai impedir que dê certo. Eu



quero dizer aos senhores: eu conto com 90% da sociedade garimpeira comigo. Eu só não conto é com irresponsáveis, com sensacionalistas, com elementos que nunca plantaram uma balinha em Serra Pelada e querem compartilhar um pão que não conhecem ou então querem se aproveitar de uma situação para arrancar benefícios a seu interesse ou a seu favor. Isso não!

Mas, voltando atrás: quando eu cheguei ali, como eu disse, a situação era realmente horripilante, era vandalismo. Quebraram a nossa cooperativa. E a denúncia eu fiz na Comissão de Direitos Humanos. Os elementos vândalos que eu vou citar aqui, os vândalos, os mesmos elementos que projetaram e que davam cobertura para aquele povo que fazia o crime organizado em Serra Pelada, quebraram a nossa cooperativa. Eu vou dizer: é coisa de louco! Você não sabe o que é acordar pela madrugada e ver um bocado de roncões, de loucos, todos cheios de drogas, de cachaça e de tudo, porque esse povo levava droga para lá, quebrando a cooperativa e dizendo “*Cadê fulano? Cadê beltrano?*”, para matar. Uma loucura! Uma loucura! Eu tenho pavor do que eu vi no dia! E eu estava lá. E eu era um dos procurados.

Bem, com tudo aquilo, trouxeram uma juíza para Curionópolis, que disse que ia resolver a situação, para fazer uma eleição entre os garimpeiros honestos para acabar com aquilo que estava lá. O protesto era o seguinte: quem estava lá não conseguia trazer nada a benefício do garimpeiro. Nós conseguimos uma reunião, em Imperatriz trancamos a BR-010. O Ministro Silas Rondeau, atendendo a esse clamor, porque lá nós fechamos a BR-010 com responsabilidade. Estava conosco o Bispo Pestana, da Diocese de Imperatriz, que ainda é o Bispo. Estava conosco a Associação dos Patrões, a OAB, Polícia Federal, Polícia Militar, Polícia Rodoviária, e mais de 400 associações de moradores. Foi uma organização que demorou quase 6 meses para nós podermos chegar ao final. Mas nós a concluímos.

Imediatamente o Ministro Silas Rondeau nos atendeu. Atendeu a essa sociedade. E entregou o alvará de pesquisa para os garimpeiros. E daí se buscou um contrato imediato. A empresa Colossus, não foi comigo, eu não estava lá, eu não era diretor. Mas eu tenho aqui comigo a proposta da Colossus para participar do projeto. E naturalmente foi aceito. Eu participei da assembleia em que foi aceito. Havia muitos garimpeiros que aceitaram essa proposta.



Bem, a verdade é que começou a evoluir o projeto. Dentro do contrato que foi feito, não houve agrado para alguns garimpeiros, mas principalmente para os vândalos. Era reclamado pelos vândalos, que diziam que aquele projeto, aliás, que aquele contrato, os percentuais estavam sendo acabados, estavam em menos de 10%. Então, era preciso que se reparasse o erro. Na verdade, o que existia era o grupo de vândalos, que são os inimigos históricos de Serra Pelada, que queriam a qualquer preço paralisar o projeto. Por quê? Porque eles eram pagos por grupos econômicos e por políticos. E vou dizer mais: eu tenho aqui comigo, e vou entregar aos senhores, um documento mostrando que eu fui à Polícia Federal e pedi que me acompanhassem paralelamente, porque inventaram tanta coisa contra mim depois... E ninguém prova nada. Não tem um homem neste País que tenha condição de provar qualquer coisa contra mim. Eu tenho orgulho do que fiz. E se tivesse que fazer tudo de novo, eu faria tudo de novo, porque eu não fiz nada de errado.

Bem, então, naquela época esses grupos econômicos que queriam, a qualquer preço, tomar Serra Pelada para eles próprios, eles patrocinavam esses grupos. E foi quando nós descobrimos isso. Aí nós pedimos uma intervenção. E a juíza que estava lá era a favor desse grupo. Aí nós pedimos uma intervenção, pedimos um socorro ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará, a Desembargadora Maria Rita Xavier nos atendeu e lá foi colocado o Coronel Ventura para nos atender. Ele foi presidir durante 30 dias, que é normal, que é de praxe. Dentro de uma cooperativa se pode fazer uma intervenção, sim, para que seja realizada uma eleição e assim se normalizar o processo de entendimento entre os seus cooperados ou até mesmo dentro da diretoria, e não para fazer o que estão fazendo hoje já. Hoje, a nossa cooperativa está sequestrada, sequestrada, e com apoio de muitos políticos. Daqui a pouco vou citar o nome deles.

Então, naquela época, o Coronel Ventura fez, em 30, 40 dias no máximo, a eleição. E eu fui contemplado com 93% dos votos da sociedade. Quando eu falo de 93% dos votos, eu não estou falando aqui de meia dúzia que se apresenta lá, não, como tem muitos aí que levam 1.500 garimpeiros, o que é uma vergonha. Se eu fosse um político, se eu fosse um homem de responsabilidade, que representa uma categoria de 38 mil pessoas, eu não estaria à frente de 1.500 pessoas, porque todos são testemunhas. Eu estou aqui com o meu DVD; vou deixá-lo com os senhores.



Este aqui é o DVD *A Verdade sobre Serra Pelada*. Isso aqui não foi o Gessé que produziu; foram várias entidades que o produziram. Este aqui é o documento oficial de Serra Pelada. Este DVD é a verdade.

Eu nunca me reuni com menos de 25 mil garimpeiros. Nunca! Todas as vezes, eu tinha 25, 27, 28, 30 mil garimpeiros. Por quê? Porque eu queria participação de todos. O que eu descobri para poder fazer isso? Qual o mecanismo que eu adotei? Dentro do nosso contrato, nós tínhamos percentuais que, dentro de um trabalho que eu fiz, entre pré-assembleias e assembleias gerais, que foram 18 ao todo, cheguei a gastar 2,5 milhões por causa da pré-assembleia, aliás, em cada assembleia, com as assembleias gerais.

Nós conseguimos a pacificação dos garimpeiros, a unidade dos garimpeiros, e aprovamos tudo aquilo que nós queríamos à vontade. Eu nunca fiz uma assembleia que não tivesse duas, três autoridades comigo. Inclusive, tive a coragem, por causa de toda a situação que tinha acontecido no passado, que o promotor tinha comentado comigo, está aqui conosco o Presidente do Sindicato dos Garimpeiros, que conhece toda a verdade sobre Serra Pelada. Lamentavelmente, ele não está aqui conosco e nem foi convocado. Mas ele estava comigo quando fomos ao Promotor Hélio Rubens. Pedimos ao Promotor Hélio Rubens que me ajudasse a apurar, já como Presidente, aquela situação, que me ajudasse a resolver a situação de todos os credores falsos de Serra Pelada, porque o processo havia transitado em julgado e eu precisava resolver a situação da nossa conta bancária. Isso porque, assim como os demais, eu também estava movimentando a conta bancária da cooperativa em nome da diretora financeira eleita.

Eu não sou melhor do que ninguém, mas, quando a gente colocava o dinheiro na conta oficial, o dinheiro sumia. E eu precisava evoluir; eu tinha uma meta a cumprir, eu tinha um alvo a chegar, que era fazer aquele garimpo produzir. Era tudo o que eu queria na minha vida. Tudo que eu queria na minha vida era fazer aquele garimpo produzir. E Deus sabe disso e meus irmãos garimpeiros sabem disso. Isso era tudo que eu queria na minha vida.

E fiz de tudo. Eu me apadrinhei com a Governadora do Estado do Pará, que era contra, e cheguei a dizer para ela, com 15 mil homens, eu disse: *“A senhora está patrocinando grupos econômicos e políticos para impedir o avanço da mina”*. E foi



quando ela deu o apoio, resolveu nos dar o apoio. Foi a primeira conquista política que eu tive no Estado do Pará. *(O orador se emociona.)*

Depois eu tive a sorte de ter o Ministro Edison Lobão, uma pessoa do Maranhão, que poderia nos ajudar, e cobreí dele, e me ajudou, ajudou os garimpeiros. Porque o meu alvo maior era produzir, mas só poderia produzir com a concessão de lavra na mão.

Eu precisava implantar o projeto. Quando nós fomos discutir o PAI, que é o Plano de Aproveitamento Econômico, os senhores não sabem: o Ministério Público foi contra nós. Eu chorei nesse dia, porque eu vi tudo de água abaixo, tudo se acabando. O Ministério Público contra a gente. E eu disse para ele: *“Doutor, o senhor é a favor de que, por exemplo? Porque tem 38 mil homens velhos, acabados, arrasados, que precisam de uma oportunidade, e o senhor não permite?”* Resultado: foi formada uma outra audiência pública e aí nós conseguimos a aprovação.

Bem. Foi formado, foi aprovado o Plano de Aproveitamento Econômico, foram registrados 51 toneladas naquela época — 51 toneladas. Isso não quer dizer que não iam prosseguir com as pesquisas. Elas prosseguiram normalmente, tanto que eu acredito, mesmo não estando com um resultado ainda nas mãos — vou dizer aos senhores por que —, que hoje nós temos mais de 200 toneladas de minério em Serra Pelada.

Bem, avançamos. Os entendimentos foram grandes; conversamos, fizemos audiência pública, fizemos várias assembleias, entre elas aprovamos 25%. Tivemos uma discussão plena com todos os garimpeiros. Foram 18 pré-assembleias que eu fiz neste País. E depois fizemos uma assembleia geral. Aí os garimpeiros aprovaram em 25%. Depois, para poder receber a concessão de lavra, aí o Governo nos convoca, está aqui o termo de compromisso que foi feito no Governo Federal — daqui a pouco estarei apresentando aos senhores. E este termo de compromisso foi feito pela União, pelos Procuradores, pelos advogados, pelo Ministério de Minas e Energia, pelo DNPM, pela Colossus, pela SPCDM, pela COOMIGASP, por nós: todos nós assinamos. Eram condicionais de que, se nós não conseguíssemos novamente o aval dos garimpeiros dizendo que os direitos minerários eram de 25%, e que isso seria em nome da SPCDM, que nós não poderíamos receber a concessão de lavra.



Então, houve essas condicionais pelo Governo Federal. O Presidente Lula tinha marcado um encontro conosco, não é? Por sinal, eu estive várias vezes com o Presidente Lula, e ele me ajudou muito. Foi ele que pediu que eu ajeitasse a unidade dos garimpeiros, que ele me ajudaria a resolver essa situação. E foi dessa forma.

Bem. Conseguimos esse documento no qual foi aprovado o reconhecimento dos 25%; e, em seguida, consultei a sociedade de todo o Brasil. E ela reconheceu que nós deveríamos passar os direitos minerários para a SPCDM, com os 25%. E é muito bom.

E eu quero dizer aos senhores: ninguém neste País tem condição de me mostrar aqui — eu desafio qualquer um — dentro da mineração um contrato com mais de 25%, que abranja uma área tão importante como essa. Então, para mim, eu tive uma conquista importantíssima, fundamental para os garimpeiros. Foi a maior conquista para eles, e eles reconhecem isso. Quem não reconhece é quem não é garimpeiro, quem não tem compromisso conosco, e está ali para fazer vandalismo ou trazer confusão no nosso meio.

Bem, acertamos para receber a concessão de lavra. Aí, o Presidente Lula disse: *“Gessé, rapaz, tem um negócio desse termo de compromisso aí que são as condicionais”*. E, Srs. Deputados, foi tão bom esse termo de compromisso, que, a princípio, eu pensei que me estavam engando, para não entregar a concessão de lavra, mas foi tão bom, porque aqui ficou explícito que: os minérios seriam paládio, platina e ouro, e que nós teríamos que vender esse ouro pelo maior valor. Como o paládio é mais barato, ele também teria que ser vendido pelo valor do ouro. Ou seja, a empresa vai nos pagar pelo valor do ouro, no maior preço no âmbito internacional.

Além disso, muito embora nós tivéssemos ficado com 25%, qualquer decisão que fosse tomada teria que ser com 80%. Daqui a pouco eu passarei o documento aos senhores. Oitenta por cento era tudo o que o garimpeiro precisava. Todas as decisões teriam que ser tomadas com 80%. Portanto, ninguém poderia fazer nada contrário, nem mesmo a empresa. Estava seguro o direito do garimpeiro. Tínhamos conosco uma caução que garante esses direitos dentro do contrato.

Quero dizer mais sobre essa sobrevivência da cooperativa: eu dispensava quase todas as taxas que eram arrecadadas, porque quem pagava tudo era a



cooperativa. Por quê? Porque eu descobri que tem os prêmios, e os prêmios dentro do contrato são para fazer a cobertura do custeio operacional da cooperativa. Como eu entendi, os 25% livres são dos garimpeiros, como ficou acertado tanto na ata da assembleia como no contrato e também no termo de compromisso junto ao Governo Federal.

Então, eu passei a usar esse dinheiro, que já vinha desde antes, para ajudar no custeio operacional da cooperativa, nas despesas dos diretores, na compra de equipamentos, no transporte, na construção de imóveis. Eu estava terminando de construir um dos maiores centros administrativos do Norte e do Nordeste. Está lá para qualquer um ver. Estava construindo um dos maiores centros. O projeto é grande, é da grandeza de todos eles, com 38 mil sócios.

Então, eu realmente queria uma área com dormitórios para 25 mil homens, um auditório para 25 mil homens, uma área de alimentação para 25 mil homens. Para vocês terem uma ideia do tamanho, toda a área do nosso centro administrativo mede 80 por 100.

Fizemos coisas, trabalhamos, a evolução aconteceu, houve paz no meio dos garimpeiros. Todo mundo ficou feliz. Conquistei o que muita gente não pôde conquistar: a paz social.

Voltei para Serra Pelada porque, quando eu cheguei ali, só encontrei miséria. Como eu disse, desenvolvia-se a prostituição infantil por parte desses elementos, desses vândalos que faziam terrorismo em Serra Pelada. O povo morria de fome porque não tinha o que comer, era ignorado pelo poder público, vivia à margem do poder público. Mas eu tive a responsabilidade e pensei: *“Como Presidente da cooperativa, vou trazer, sim, qualidade de vida para esse povo”*. E desenvolvemos um projeto social, que vou entregar daqui a pouco para os senhores, um projeto social que envolvia desenvolvimento da saúde, educação, alimentação para o povo, medicamento para o povo e também mão de obra qualificada.

Hoje, em Serra Pelada, pelo trabalho que nós desenvolvemos, todo o povo, toda a sociedade, cada um tem uma televisão, tem uma geladeira, coisa com que eles nunca sonharam na vida. Agora, não! Depois que acabaram com tudo, depois que eu saí de lá, já estão assaltando, estão vivendo de assalto. Era isso o que os elementos que falam do Gessé queriam. Era isso o que eles queriam, porque eles



não têm capacidade de fazer o que eu fiz e tentam denegrir o meu nome. Eles não me conhecem, porque, se me conhecessem, não diriam isso. Todo homem que me conhece não diz isso.

Para concluir, estou passando a documentação para os senhores. Tudo estava pronto. Eu cheguei a um entendimento com a empresa Colossus. Aqui, pela demora, porque prometeram duas vezes... Eu tenho aqui um documento da Rede Globo, do *Portal G1*, em que eles comunicam para a sociedade que a produção mineral começaria no início de 2012. Ora, a empresa Colossus já havia me prometido, porque eu dei tudo o que precisava, Deputado. Eu entreguei a minha vida para o projeto evoluir. Eu dava todas as garantias. Para o senhor ter uma ideia — eu digo e provo —, quem tem nome em Serra Pelada chama-se Gessé Simão. Por quê? Porque os investidores que estavam trabalhando ali, que estavam fazendo os investimentos, acreditavam era no Gessé. Chegaram muitas vezes a querer se separar por causa do vandalismo, e eu dizia: *“Deixem comigo! Acreditem em mim! O trabalho vai ser desenvolvido! Os senhores não terão prejuízo”*. E eles acreditavam em mim. Tanto que, quando aconteceu o pior, eles se afastaram.

Naquele tempo, a gente estava querendo chegar para desenvolver o projeto, para chegar à produção mineral, que já tinha sido prometida para 2011, e mudaram o diretor. Eu achei estranho: *“Mudou o diretor?”* Então, eu chamei a Colossus: *“Por que vocês estão mudando o diretor? É porque ele prometeu que ia produzir agora?”* Aí entrou o Dr. Darci, e prometeram para o início de 2012. Quando chegou a época, tiraram o Darci e colocaram o Paulo de Tarso. Aí eu me aborreci e comecei a fazer uma cobrança rigorosa em cima deles.

Nesse ínterim, durante esse tempo, aproximaram-se muitas pessoas da gente. Os senhores hão de convir que, quando você assume um projeto dessa magnitude e dessa estrutura, muitos se aproximam. Estava próximo de mim um senhor de nome Toni Duarte, que se dizia uma pessoa com muita influência dentro do Congresso Nacional e que iria ajudar. Ele dizia isso no meio dos garimpeiros, através de um órgão, uma entidade, que ele tinha. Ele dizia que iria ajudar na aposentadoria dos garimpeiros. Nós fizemos um salário muito bom para ele. A cooperativa pagava muito bem para ele. Mas acontece que, do meio para o final, ele andava nos pedindo dinheiro para dar para Deputado. Está aqui na denúncia na



Polícia Federal. E não foi de agora, não. Está aqui na Polícia Federal, porque eu denunciei. Deputados que se diziam amigos dele estavam pedindo dinheiro para ele para poder ajudar no trabalho. Ele que estava dizendo isso. Só que ele é tão irresponsável que sabe que o autor do nosso projeto, à época, era o Deputado Cleber Verde e a primeira pessoa cujo nome ele tentou denegrir foi o Deputado Cleber Verde. Como ele sabia que o Deputado Cleber Verde tem uma conduta perfeita no meio dos garimpeiros e goza de respeito, ele viu que tinha realmente embarcado numa barca furada. Aí, ele mudou. Tem vários Deputados que ele foi mudando. Aqui tem vários que ele foi mudando.

Por último, quando ele me pediu o dinheiro, na última vez, eu chamei três testemunhas da cooperativa: *“Está pedindo dinheiro. Eu tenho certeza de que não é para o Cleber Verde. Eu tenho certeza de que não é para Fulano, nem para Beltrano, nem para Sicrano. Para quem é o dinheiro? Eu quero saber”*.

Naquela época, ele já tinha se separado de todas essas pessoas que nós admiramos e por quem temos respeito, mas ele tinha uma equipe de Deputados que andava com ele. Foi por isso que eu o denunciei na Polícia Federal. A data que eu denunciei realmente confere com a data dos amigos dele, que estavam ali para denegrir o projeto, para denegrir o nome do Gessé.

Na Polícia Federal, eu apresentei um documento que prova que esse elemento não é idôneo, que ele é irresponsável, que ele faz falcatruas quando pede recursos para a Colossus, para o seu benefício próprio. Eu digo isso porque não tem um que prove nada contra mim. Dizem porque têm a boca suja, mas não provam nada contra mim. Há homens que não medem o respeito por si próprio, que não têm respeito por si mesmo, e dizem coisas que não devem e se comprometem com as suas palavras. O que eu digo, Srs. Deputados, confere-se amanhã, porque eu tenho documentos aqui comigo. Eu tenho uma sociedade e hoje tenho, no mínimo, 36 mil homens comigo. Eu vou provar. Ontem, em Imperatriz, houve uma reunião só de representantes dos Estados do Maranhão, do Tocantins e do Pará, que já não aguentam mais o que está acontecendo, porque acabaram com a nossa mina e querem que eu resolva a situação. Eu disse: *“Olha, até hoje eu não falei. Vou falar amanhã, quando eu chegar lá naquela Comissão, porque eu sou um homem que*



tem responsabilidade e sei o que sou, o que represento e o que tenho nas minhas mãos, e sei que ninguém tem nada contra mim, a não ser mentira.”

Resultado: a empresa Colossus, por causa desse rapaz, Toni Duarte, que tinha ficado contra mim, com raiva de mim, porque ele chegou para mim e disse: *“Gessé, já que não tem dinheiro para me ligar com alguns Deputados e tal”...* Ele inclusive queria comprometer os Deputados Wandenkolk, Domingos Dutra e outros. Eu tenho provas do que estou dizendo, tanto que foram à Polícia Federal agora para fazer a denúncia. Na verdade, ele queria comprometer toda uma situação para deixar todo mundo na pior, porque para ele quanto pior, fica melhor para ele, porque ele realmente não tem respeito por ele mesmo nem pela família dele, porque nós o vivíamos ajudando, vivendo um conjunto de ideias para poder chegar lá. Resultado: chegou para mim e me pediu 5 milhões de reais. Não, minto. Ele chegou para mim e disse: *“Gessé, agora eu preciso ser o Presidente da holding.”*

Quero contar aqui rapidamente que numa assembleia geral ele pediu para mim: *“Gessé, vamos montar uma holding, vamos pedir a aprovação, porque, com essa holding, nós vamos ao BNDES e vamos conseguir um recurso para os garimpeiros. Já que não conseguimos um adiantamento, vamos conseguir esse recurso.”* Aí eu disse: *“Rapaz, será que é bom mesmo?”* Eu não conhecia, entendi que poderia ser bom e aprovei, porque garimpeiro aprova realmente aquilo que eu peço. Eu disse: *“Aprovem, porque, se não for bom, não vai desenvolver. E aprovaram. Mas quando eu despertei, quando ele disse para mim: “Eu quero ser o Presidente da holding.” “Para quê, meu irmão?” Ele disse: “Gessé, é o seguinte, eu sei que tu és um cara que não tem coragem de fazer nada, entendeu? Tu vives no mundo da lua — vejam a expressão que ele usou comigo —. Nós precisamos pegar um dinheiro no BNDES. Nós montamos essa holding, eu como Presidente, nós vamos pegar 1 bilhão de reais em ações dos garimpeiros, vamos ao BNDES e vamos conseguir 500 milhões. A gente passa 300 milhões para os garimpeiros e 200 milhões a gente vai administrar.”* Eu disse: *“Meu irmão, toda vida eu fui um funcionário, simples, eu sempre vivi bem, graças a Deus.”* Eu tenho certeza de que sempre vivi melhor do que vários Deputados que há por aqui, porque a minha casa sempre teve o pão farto e eu sempre vivi na paz. O homem que vive na paz vive melhor do que qualquer outro. Se tem alguém, pode até igualar com ele, mas eu



sempre vivi na paz, no meio dos meus amigos. Eu tenho amigos que apontam os meus defeitos, que dizem os meus defeitos e que conhecem a minha vida.

Portanto, eu disse: *“Rapaz, eu tenho uma vida, eu tenho um projeto, eu tenho orgulho de desenvolver esse projeto, eu tenho orgulho. É uma missão importante para mim, na minha vida. Isso faz parte do meu currículo. Então, não vou fazer uma coisa dessas. Pelo amor de Deus, eu não vou fazer isso. Aí ele se desenganou e disse: “Gessé, já vi que tu és burro mesmo. Agora, tu vais se arrebrantar comigo, porque era a única chance que eu tinha na minha vida de conseguir alguma coisa.” Disse: “Eu vou te provar, eu vou te mostrar que garimpeiro não gosta de ouro, que garimpeiro gosta de papel.”*

Sras. e Srs. Deputados, perdoem-me a expressão. Posso dizer a verdade? A expressão que ele usou? Ele disse: *“Vou empurrar tanto papel no rabo dos garimpeiros que vão ficar todos contra ti.”* E foi quando ele começou uma saraivada. Era gente otária. Esses mil e quinhentos que estou dizendo a vocês... Andava com papel para cima e para baixo: *“Olha isso, olha aquilo”*. Era gente fazendo comentário, fazendo reunião. *“Meu irmão...”* E eu calado, ouvindo e olhando para o supremo, porque o meu superior, que é Deus, está comigo.

Talvez poucas pessoas saibam o que é isso, mas eu sei o que significa o meu Deus na minha vida. Não tem um homem que passe por cima de mim; nenhum! Nenhum! Porque o meu Deus está comigo.

Vou finalizar aqui. Cheguei à Colossus, naquela época, e disse: *“Olha, estão detonando aí o Sr. Antonio Duarte e outros mais, dizendo que vocês não apresentam o tamanho da reserva mineral. Então, é preciso que vocês apresentem o tamanho da reserva mineral, um programa de produção mineral que atenda à expectativa dos garimpeiros, conforme o acordo que fizemos, que vocês disseram que iam trazer equipamentos modernos para iniciar essa produção, porque o que estão dizendo aí é que garimpeiro vai receber 300 reais por mês. Eu não posso aceitar isso. Por outro lado, nós precisamos pagar as ações trabalhistas”*. Eu tinha feito um acordo com a Justiça do Trabalho, em Parauapebas, e foi isso que discuti com o Promotor Hélio Rubens, para que pudesse liberar a nossa conta oficial, porque estavam funcionando nessa conta da Diretora Financeira, todas as dívidas, todos os pagamentos.



Por último, o adiantamento aos garimpeiros. Eles sugeriram o seguinte: *“Gessé, a gente compra essas 12 toneladas e 750 quilos que você já tem direito nas 51 toneladas e isso entra como adiantamento”*.

O Sr. Antonio Duarte, no outro dia, fez uma confusão no meio dos garimpeiros, dizendo que a empresa estava comprando a mina por 12 toneladas. Quer dizer, ele sabia que na hora que alcançasse aquilo ali, tanto ele quanto todos os meus adversários estavam acabados, mas ele conseguiu confundir alguns e virou uma loucura.

Bem, Srs. Deputados, acontece que eu fiz uma notificação contra a empresa, porque ela se negou a apresentar. Notifiquei-a — e a notificação está aqui —, exigindo que em 24 horas apresentasse o tamanho da reserva mineral. Foi uma decisão do nosso Conselho Deliberativo e dos diretores, que determinaram que eu fizesse essa notificação.

A Colossus pediu 48 horas, mas em 24 horas se reuniu com o promotor público dentro de Curionópolis. Quem se reuniu? O Sr. Daniel Vilas Boas, 50 minutos após a sua saída de Curionópolis, e olhe lá. Eu estive com o Promotor Hélio Rubens e disse a ele: *“Promotor, eu estou notificando a empresa Colossus por isso, por isso e por isso, e agora sei que vão se mexer contra mim, mas eu não tenho outra saída, estou aqui para cumprir a minha obrigação junto aos garimpeiros”*. E o Promotor disse: *“E o que você acha que vai acontecer?”* *“Eu acho que vem para cima de mim. Agora, doutor, e esse material do COAF que está aqui, que o senhor já disse que está aqui há mais de 6 meses? Como é que fica a minha situação? Na verdade, estou cobrando da empresa Colossus que pague lá as ações trabalhistas, porque a Justiça do Trabalho vai liberar a nossa conta. Como é que a gente faz?”* Ele disse: *“Vamos fazer um documento. Eu participei de uma prestação de contas sua...”* Eu tenho neste DVD que os senhores vão ver o Promotor Hélio Rubens participando da minha prestação de contas. Aqui tem o Juiz Jônatas, que também é da Justiça do Trabalho, que participou da assembleia e fez a avaliação do nosso trabalho e da nossa transparência, lá no dia, não é hoje, não, para ninguém dizer que é hoje. Foi no dia.

Notifiquei a empresa, e eles foram lá, no outro dia, alegando que eu tinha... De noite logo eu tomei conhecimento: *“Gessé, tu notificastes e a empresa Colossus*



vai agir contra ti". Não é a empresa Colossus, para deixar claro, a diretoria que estava lá, e eu ia pedir a saída deles. Eles sabiam que eu tenho moral para retirá-los de lá. Eu tinha moral junto aos investidores, junto aos outros diretores do alto comando da empresa.

Reuniram-se com o Promotor, que tinha dito: *"Eu estou saindo de férias. Daqui a 15 dias estarei de volta, e aí vou analisar a sua situação". "E daqui para lá, doutor?" "Não tem problema nenhum, fique tranquilo."*

Esse Presidente do Sindicato, o rapaz que está ali, o Benigno, esteve comigo tratando desse assunto uma vez com o Promotor. Ele não tratou a última vez, mas a primeira tratou, comigo.

Resultado. Para finalizar, peço desculpas inclusive porque é muita coisa e vão ficar coisas aqui que eu não vou poder dizer. A verdade é que, depois de notificada, a empresa, através do seu advogado, reuniu-se com o Ministério Público, 50 minutos depois que ele saiu. Em vez de o Promotor ir de férias, como havia me prometido, pediu à Justiça o meu afastamento.

Quero dizer aos senhores que foi a pior desgraça que já aconteceu em Serra Pelada, porque o meu afastamento aconteceu, alegando que houve desvio de recursos. Baseado em quê? Em uma coisa que aconteceu há mais de 20 anos, que eu nem estava lá, aquilo que disse aos senhores, que foi o que fizeram os diretores anteriores, na época do Sr. Curió, há mais de 20 anos. O que eles fizeram, fui condenado, fui julgado por isso. Quando o Promotor viu que tinha feito o que era errado, o que ele fez? Bolou um documento, a mais vergonhosa atitude do mundo no Ministério Público. E não vou culpar o Ministério Público, como me calei até hoje. O Ministério Público não merece isso. Um promotor, isoladamente, fez isso. Está aqui a maior vergonha desta Nação. Ele forjou um documento com um ex-diretor que ia ficar no meu lugar, porque ele sabia que não tinha nada contra mim.

Aqui está a minha prestação de contas, Srs. Deputados. Está aqui comigo a minha prestação de contas, que vou apresentar e que foi apresentada na Justiça. Aqui está comigo também um incidental que eu pedi para que o juiz reparasse o erro que cometeu, mas não fui atendido. Pedi uma audiência — está aqui o documento — com a Procuradoria de Justiça do Estado do Pará. Fiz e não fui atendido, porque



na verdade as cartas estavam marcadas: o Gessé tinha que sair a qualquer preço, para quê? Para fazer o que estão fazendo.

Derrubaram o projeto, acabaram com o projeto. Eu o fiz em 3 anos e eles, em 2 anos, acabaram com tudo. Eles acabaram com tudo, com tudo o que nós fizemos, durante 2 anos acabaram com tudo. Um projeto que só faltavam 2% para iniciar a produção eles acabaram. *(O orador se emociona.)*

Meu Deus, tanto sangue derramado, tanto choro, tanta lágrima, tanta desgraça aconteceu ali dentro. Um promotor faz isso com a gente, em detrimento de 38 mil pessoas que estão acabadas, arrebitadas e agora estão sem esperança. O que fizeram agora? Colocaram um interventor. Imaginem os senhores, alegando que eu tinha pegado dinheiro, que era desvio, porque funcionava na conta da diretora financeira.

Ora, a diretora financeira foi eleita pelos garimpeiros. Ela é garimpeira, os garimpeiros aprovaram, e nós apresentávamos as prestações de contas, mas na hora em que ele colocou um interventor, o seu amigo já mandou logo de cara colocar 411 mil na conta pessoal, na conta pessoal dele. Eu nunca tive esse privilégio, como Presidente da cooperativa.

Meus senhores, as acusações que pesam sobre mim são porque eu não tinha como movimentar os recursos na cooperativa, porque não tinha conta, que era no nome da diretora financeira. E os credores estavam em cima de mim, os credores falsos, que foram denunciados, estão aí, transitados em julgado, eles estavam em cima de mim 24 horas para pegar o dinheiro da cooperativa. A gente não tinha como trabalhar. Era assim: íamos fazer uma assembleia, nós mandávamos o dinheiro para aquele representante lá de Monção, de Santa Inês, de Marabá, de Brasília, de Goiânia. O representante é que recebia o dinheiro e quem mandava era a diretora financeira. Então, eles é que agiam, contratavam os ônibus, porque o que nos interessava era apresentar as notas promissórias, recibos para a prestação de contas.

E digo mais: a minha prestação de contas, que está aprovada aqui, eu tenho como consultor da cooperativa, meu consultor, o Dr. Carneiro de Palmas, um dos melhores e conceituados consultores de contabilidade deste País, faz inclusive contabilidade para a *Rede Globo*. E eu disse: *“por que não fala de prestação de*



contas? Por que esse promotor e quem quer que seja que fala de mim não pede um exame, não pede uma auditoria nas minhas contas?"

Senhores, a mina se acabou? Está lá e sabemos que querem fazer um grande negócio. O pior negócio, Sr. Deputado, vai acontecer agora. Perdoe-me, deixe-me só concluir. Quando esse interventor chegou ali, pediu a nulidade do contrato. Nós, que conhecemos, dissemos que, se ele pedisse a nulidade do contrato, que ele queria 49%, a empresa não poderia dar. Sabíamos que não poderia dar e ele também sabia que não poderia dar. Como não poderia dar? Como uma empresa falida vai dar 49%? Para quem? E numa situação difícil como a que já se encontrava. Ele pediu 49% porque queria que acabasse o projeto. A empresa se retira, entra com recurso, reclama os direitos dela. O nosso contrato diz explicitamente que aquele que desistir vai ter que pagar todos os investimentos e ainda tem uma multa de 5 milhões de reais, que vai chegar à ordem de 800 milhões de reais.

Ora, nós temos como pagar isso! Isso vai para onde? Para penhora? Para leilão? E vão tomar tudo que nós temos. É isso que querem? Vão se dar bem com isso? Quem está por trás disso? E é isto que eu peço a esta Comissão: que faça uma investigação para saber quem está por trás disso, quem quer isso. Quem me denunciou, com certeza, quer isso. Eu lhe garanto que quem está me denunciando quer isso! Tanto que está lá, não conseguiram a nulidade do contrato, porque houve o repúdio dos garimpeiros. Quando é agora, dizem que o interventor está pedindo que a juíza peça a devolução dos 100% para os garimpeiros.

Meus irmãos, Srs. Deputados, 100% de nada é nada! Nós não tínhamos nada quando chegamos ali. Quer dizer, além de estar na estaca zero, querem acabar pelo menos com a esperança de poder retomar aquilo ali, de resolver a situação. É isso que querem! Resultado: acaba tudo? Eles vão recorrer do mesmo jeito, vão buscar o direito deles e acaba tudo. Eu estou aqui em nome dos meus garimpeiros. E digo, senhores: eu fui afastado judicialmente. Por que não se fala de uma prestação de contas e de devolver o Presidente, porque é isso que a sociedade quer? Por que não devolve o Presidente para lá, se não encontrou nada contra mim, se só tem falácias, se só tem mentiras, se só tem coisas arrumadas contra mim? Por que é que não devolve o Presidente para lá, se é isso que a sociedade quer? E se os senhores



quiserem consultar, eu boto 3 mil, 4 mil, 10 mil homens aqui dentro do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - O tempo de V.Exa. se esgotou.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Muito obrigado. Desculpe-me. Eu só quero dizer aos senhores que, na reunião de ontem, a sociedade pediu providências. E vim aqui e talvez não viesse. Eu não queria vir, porque para vir aqui eu teria que falar a verdade. E só me sinto à vontade para falar a verdade se os senhores realmente estiverem com o propósito de fazerem também com que a verdade seja executada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Lembro que esta é uma audiência pública para coletar mais informações a respeito das denúncias que envolvem a Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Serra Pelada — COOMIGASP e a empresa Colossus Minerals. Registro que foram convidados para esta audiência pública a Sra. Antônio Alves de Oliveira, o Sr. Gessé Simão de Melo, que está aqui presente e acabou de falar, o Sr. Antonio de Carvalho Duarte, o Sr. Hélio Rubens, Promotor de Justiça do Estado do Pará, o Sr. Marcos Alexandre Mendes, Interventor da COOMIGASP, e o Sr. Claudio Mancuso, Presidente e Chefe Executivo da Colossus Minerals.

Lamentavelmente, com exceção do Sr. Gessé Simão, ex-Presidente da COOMIGASP, todos os demais não compareceram e apenas um encaminhou para esta Comissão uma justificativa de que tinha sido intimado pela Justiça do Pará, mas não apresentou nenhum documento oficial dessa intimação.

Portanto, como Presidente nesta oportunidade, quero cumprimentar o autor do requerimento, Deputado Edio Lopes, a quem passo a palavra.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, eu acompanhei atentamente o depoimento do Sr. Gessé, diga-se de passagem bastante detalhado. Eu pergunto a V.Exa. se eu poderia utilizar o expediente de perguntas objetivas e respostas, porque eu creio que tenho uma série de perguntas. Se eu as fizesse todas de uma vez, correria o risco de perder o raciocínio de algumas. Portanto, eu solicito permissão a V.Exa. para ir construindo as perguntas e o Sr. Gessé já ir



respondendo-as de pronto, para que eu possa até ir subsidiando, com suas respostas, eventuais perguntas seguintes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Quero registrar que tudo desta Comissão está sendo devidamente gravado.

Aproveito também para registrar a presença do Sr. Benigno, Presidente do Sindicato dos Garimpeiros de Serra Pelada, portanto, de Curionópolis.

Deputado Edio Lopes, V.Exa. tem razão em pontuar as suas perguntas e, de forma objetiva, o Sr. Gessé deverá respondê-las, até para que esta Comissão possa ter um relatório bastante esclarecedor diante dos fatos aqui apresentados. São fatos e denúncias feitas aqui pelo Sr. Gessé. Esta Comissão precisa de fato se debruçar sobre elas e buscar respostas.

Portanto, V.Exa. fique à vontade para fazer suas perguntas e o Sr. Gessé, para respondê-las.

Quero registrar também a presença do nobre Deputado Domingos Dutra, do Estado do Maranhão, Deputado combativo, sempre presente às causas das minorias não só do Maranhão, mas do Brasil. Quero registrar também aqui a presença do Alexandre, ex-Presidente da CONAB, hoje assessor parlamentar no Senado Federal. Quero registrar a presença da imprensa na pessoa do Sr. Ênio, ilustre companheiro de todos os momentos dos registros fotográficos e cinematográficos das audiências e dos encontros na bancada do Maranhão.

Deputado Edio Lopes, considerando a ausência de todos esses convidados, eu acho que é bastante objetiva a sua sugestão para perguntas e respostas detalhadas, porque eu sei que são muitas as perguntas a serem feitas e muitas as respostas a serem dadas pelo ex-Presidente.

Com a palavra o Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Eu começo perguntando ao Sr. Gessé. No início da sua fala, o senhor falou de uma confusão de CNPJs e de contas bancárias. Que CNPJs eram esses e que contas bancárias eram essas? Responda de forma muito objetiva, por favor.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Deputado Cleber Verde, pela ordem. Apesar da falta dos convidados, o que daria maior folga para quem veio, é bom lembrar que o depoente falou por 33 minutos, e nós temos Ordem do Dia.



Então, eu só pediria que ele fosse objetivo nas respostas, porque daqui a pouco terá início a Ordem do Dia e vamos ter que suspender a reunião. E eu gostaria também de fazer algumas perguntas.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Por não ser deliberativa a reunião, não teríamos nenhum problema com a simultaneidade com a Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mas V.Exa. sabe como é essa agenda aqui. É só para ser bem objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Mas é bom o registro do Deputado, para que, ao responder, o Gessé o faça de forma objetiva.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - O CNPJ, quando passou da CONGASP para a COOMIGASP, existia um grupo de pessoas que ficaram fora da COOMIGASP e que deveriam ser readequadas, por autorização do Ministério de Minas e Energia, mas elas não entraram com a intenção de ficar com uma cooperativa à parte e ficar com os direitos dos garimpeiros, naquela época. Então, por essa razão, tentaram ficar com o CNPJ da COOMIGASP, que já estava atualizado, em nome da CONGASP, quer dizer, retroagindo. Mas, aí, o Senado Federal fez uma consulta à Receita Federal, que apresentou que aquilo ali era da COOMIGASP, a junta comercial...

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - E as contas bancárias?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Quanto às contas bancárias é o seguinte: como eu falei, nós abrimos contas... Não, a conta...

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Quantas e em quais bancos?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Banco do Brasil. Eu sou funcionário do Banco do Brasil.

Quanto à conta é o seguinte: na época em que, 20 anos atrás, como eu disse, foram feitos processos fraudulentos de trabalho com algumas empresas, com o intuito de barganhar o recurso...

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Vamos estabelecer o seguinte: o senhor responde a pergunta, o porquê, de onde veio. Depois, se a Comissão julgar interessante, nós haveremos de buscar subsídio junto ao senhor mesmo.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - O senhor quer que eu diga...



O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Isso. Para que nós possamos andar, senão vamos nos perder aqui.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - A conta da cooperativa era complicada, estava com problemas, por causa dos processos transitados em julgado.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Mas a conta era movimentada pela CONGASP?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Não, pela COOMIGASP mesmo. Já era da COOMIGASP. Só que, desde o início, na época da COOGAR, já havia esse trabalho, tudo em nome da diretoria. A conta oficial da cooperativa não tinha como funcionar, por causa do imbróglio que houve.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - O.k. O senhor falou de uma juíza que estava a favor de um grupo de vândalos. Deu a entender à Comissão que essa juíza estava favorecendo, em prejuízo dos interesses da cooperativa, pessoas que o senhor aqui trata de vândalos. O senhor pode fornecer o nome dessa juíza a esta Comissão?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Eu gostaria, inclusive, se for permitido, que me fosse dado o direito de falar realmente desse vandalismo, porque, na verdade, se eu começar a incriminar aqui as pessoas que lutaram contra nós, como se eu estivesse incriminando a mim mesmo, ficará difícil para mim. Mas vou responder; estou aqui para responder. A juíza, Dra. Andrea Brito, foi lá para fazer uma eleição e normalizar a situação, ou seja, pacificar o entendimento dos garimpeiros. No entanto, quando chegou lá, ela ficou do lado dos vândalos que já tinham criado um problema. E foi por isso que nós pedimos uma intervenção à Justiça do Estado, através do Tribunal de Justiça, da Dra. Maria Rita Xavier.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - O senhor disse aqui que fez algumas assembleias e que chegou a gastar 2,5 milhões de reais para realizar uma delas. De onde veio esse dinheiro, Gessé?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Nós temos aqui... Chegaram a me incriminar, dizendo que o dinheiro que a gente recebia era para dar para garimpeiro. É mentira! Quem diz uma história dessas é porque...

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Eu quero saber de onde veio o dinheiro para o senhor fazer essas assembleias.



O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Está aqui. Nós temos o terceiro aditivo. Vou passar para esta Comissão daqui a pouco. E esse terceiro aditivo, que foi feito com a empresa, prevê 350 mil reais mensais para o custeio operacional da cooperativa. E nós fazíamos... para ser descontado não dos 25%, que são direito do garimpeiro, mas dos prêmios, que foram colocados, desde o início, para custear a cooperativa. Então, nós pegávamos dos prêmios, e eles adiantavam alguma coisa também desses prêmios para ajudar a cobrir as despesas dessas assembleias.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - O senhor disse que o dinheiro da conta oficial sumia. Eu não entendi direito.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Porque...

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Quem assinava a conta da Cooperativa não era o senhor...

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Sim, mas acontece...

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - ...e a sua tesoureira? Como esse dinheiro sumia lá do banco?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - É assim: o dinheiro que se colocava na conta oficial da cooperativa, que tem esse imbróglio, esse problema, porque transitaram em julgado na Justiça uma série de ações, esse povo pegava muito dinheiro. Na hora em entravam lá, eles pegavam o dinheiro.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Quem é esse povo?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Estava transitado em julgado na Justiça. Então, por essa razão, nós buscamos outra forma de trabalhar. Se os Srs. Deputados entenderem que eu estava errado, eu posso estar errado, dentro do mecanismo do trabalho.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Eu só quero saber como é que o dinheiro sumia. Era depositado lá na conta. Quem é que tirava esse dinheiro?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - A Justiça dava o direito a alguém de pegar o dinheiro — quem reclamasse, qualquer um.

(Não identificado) - Eram precatórios a pagar?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Eram precatórios, ações trabalhistas. Eles recebiam, pegavam o dinheiro, entendeu? Perdoe-me. Não eram as ações cíveis, que estavam aqui na Caixa Econômica, que se pegava esse dinheiro, apesar de



haver ameaças, eram as ações trabalhistas que pegavam o dinheiro. E nós não tínhamos como trabalhar.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Esse Sr. Antônio Duarte me parece ser um personagem central nessa discussão. O senhor, por diversas vezes, o acusa de ter dado dinheiro a políticos e, depois, de forma objetiva, a Deputados.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Eu disse que ele pedia recursos. Ele pedia recursos.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Não, nós vamos, depois, nós vamos... Eu peço à assessoria que reveja a gravação no momento em que o Sr. Gessé fala do Sr. Antônio Duarte, que pedia dinheiro para dar a Deputados.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Exatamente.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - E o senhor dava o dinheiro, porque o senhor disse que, da última vez — e eu entendo que houve vezes anteriores em que o senhor deu dinheiro ao Sr. Antônio Duarte para dar a Deputados —, chamou mais testemunhas, e parece que a coisa não avançou. Se ele pediu dinheiro ao senhor para dar a Deputados, e o senhor deixou aqui entendido que dava esse dinheiro, eu lhe pergunto: quais eram os nomes dos Deputados que o Sr. Antônio levava ao senhor para que desse esse dinheiro e qual importância chegou a dar a ele?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Inclusive — eu cheguei a comentar —, eu tenho aqui comigo um documento da Polícia Federal. Eu não citei nomes, porque eu não conheço o nome nenhum. Isso era tratado com outro. E não recebeu dinheiro. Eu não disse que ele recebeu dinheiro. Eu não disse que ele deu dinheiro. Eu disse que ele pedia. E foi...

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - O senhor disse que, da última vez, chamou testemunha para entregar o dinheiro na frente da testemunha. Foi o que o senhor falou.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Não! A testemunha era para provar que ele estava pedindo o recurso.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Isso!

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Que ele estava pedindo recurso. Eu tenho provas de que ele pediu o recurso, mas que eu não dei.



O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - O senhor, então, nunca deu o dinheiro para ele?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Não. Para ele, nesse sentido, não, até porque, eu não sou irresponsável e nem tampouco ia fazer uma coisa dessas para alimentá-lo. De forma alguma! Ao contrário, sempre fui contra. E sou contra.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - O senhor denunciou à Polícia Federal esse expediente?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Denunciei.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Tem cópias aí, obviamente, para deixar com a Comissão.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Está aqui comigo. Vou passar daqui a pouco.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - O senhor disse que o Antônio Duarte chegou a chamá-lo para criar uma *holding*, com o objetivo, segundo as suas palavras, de conseguir um empréstimo de 1 bilhão de reais junto ao BNDES. E eu lhe pergunto: a cooperativa, em alguma oportunidade, com ou sem Antônio Duarte, chegou a pegar algum empréstimo de banco, sobretudo de banco oficial?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Nunca! Nunca! Porque o nosso propósito era produzir minério e não buscar recurso em gaveta de quem quer que seja.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - O senhor já foi ouvido pelo Promotor Hélio Rubens?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Nunca! Para ser ouvido pela Justiça, eu tive que pedir. Entrei com pedido, com recurso, pedindo que me ouvisse.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Então, o Sr. Hélio Rubens nunca o procurou para que o senhor prestasse esclarecimento ao Ministério Público do Pará?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Nunca! Eu conversei com o juiz, porque pedi ao juiz que me atendesse. Eu me apresentei à Justiça quatro vezes, e o juiz me atendeu na quarta vez.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - O senhor disse aqui que a Colossus se reuniu com o MP e fez referência ao Sr. Vilas Boas. Qual era o objetivo dessa reunião entre a Colossus e o MP e quem é Vilas Boas nesse contexto?



O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Eu não posso incriminar o Dr. Daniel Villas Boas dentro da forma como ele tem se comportado. O que eu posso dizer aos senhores é que entendo que a sua ida lá — e eu não sei o que conversou, porque não estava lá, não vi... Só sei dizer aos senhores o seguinte: o promotor tinha dito para mim que, durante 15 dias, estaria fora e que, quando voltasse, ia ver a minha situação por causa do COAF. Nós iríamos elaborar um documento, até porque o COAF não me incrimina. O COAF incrimina a diretoria da Colossus. Contra mim, há um procedimento lá de 350 mil reais que prova para onde é que foi o dinheiro. Acabou! Mas fui incriminado usando o COAF, a desculpa era o COAF.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sim, sim. Eu quero saber dessa reunião da Colossus com o MP e com o Sr. Villas Boas.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Ah, sim! Desculpe. Aí o Daniel Villas Boas se apresentou lá...

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Quem é Daniel? O que ele é?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Era advogado da Colossus. Ele se apresentou lá. O certo é que, quando ele saiu de lá, já saiu a notícia...

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Quando saiu de lá da reunião com o MP?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - É. Já saiu a notícia de que eu estava sendo afastado.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - O senhor falou do Juiz Jônatas, da Justiça do Trabalho, e o senhor deu a entender que ele participou de um esquema não muito convencional. O senhor poderia especificar como o senhor entende que a participação desse Juiz da Justiça do Trabalho foi lesiva aos interesses dos garimpeiros e da cooperativa? O senhor poderia explicar para esta Comissão os detalhes dessa sua...

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Porque as ações trabalhistas eram exatamente elas que estavam criando um problema para a gente não poder trabalhar na conta oficial. Propusemos um acordo à Justiça do Trabalho para a gente pagar o que estava devendo para ele liberar nossa conta oficial, a Justiça do Trabalho. Fizemos esse acordo e passamos a pagar. Da conta que ficou em 7 milhões, eu já tinha pago 1,5 milhão.



Então, a nossa esperança era de que, tão logo a gente pagasse, nós íamos fazer funcionar a nossa conta oficial. Era nosso interesse. Por essa razão, convidei o Dr. Jonathan... Aliás, não fui nem eu que convidei. O nosso Conselho Deliberativo o convidou para que visse como era o comportamento das nossas assembleias, e ele veio presenciar.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - O senhor conhece a Sra. Antônio Alves de Oliveira?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Conheço.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - O senhor era Presidente na época em que ela era tesoureira?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Ela era minha tesoureira.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - O senhor assinava documentos bancários junto com ela?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Assinava.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Para sacar dinheiro no banco, a D. Antônio precisava da sua assinatura?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Para sacar no banco?

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sim.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Às vezes, eu ou outro diretor que estivesse no banco assinava junto com ela. Mas eu quero... Bem, me deixa explicar isso aí. A conta era em nome da diretora financeira, não era em meu nome, não era em nome da cooperativa. Por quê? Porque a cooperativa tinha uma conta que não podia funcionar. Esse que era o problema.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Diga-me uma coisa. É notícia que, na conta de D. Antônio, nessa conta particular aí, a Colossus havia feito um depósito de 19.2 milhões de reais e que, quase na totalidade, esse dinheiro foi sacado na boca do caixa. Eu tive a oportunidade de ver uma matéria de uma rede de televisão, em que a D. Antônio era entrevistada, e ela me pareceu uma pessoa extremamente humilde e absolutamente desinformada desse contexto. O senhor imagina que aquela mulher tão simples, morando naquela casinha tão humilde, sacou 19 milhões de reais? Para onde ela destinou aquele dinheiro?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Eu acabei...



O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Porque o senhor é Presidente, o senhor deveria acompanhar esse desenrolar.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Os recursos que foram movimentados na conta da D. Antônia, como diretora financeira da cooperativa, são os recursos que eram para custeio operacional da cooperativa, para bancar as assembleias, as pré-assemblys e todo o custeio da cooperativa. Foram 19 milhões. É o processo que levantaram contra mim. Eu estou com a prestação de contas.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - O senhor tem toda a contabilidade desse dinheiro, para quem o senhor pagou lhe assinou recibos, tudo conforme manda o mundo contábil?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - A prestação de contas está aqui comigo. Vou passar para os senhores.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Porque o senhor disse aqui que quem lhe presta assessoria é um dos melhores contadores da República. Obviamente, esse homem deve ter lhe orientado.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Muito bem! Deixa eu lhe dizer. Eu tenho uma prestação de contas...São inúmeros documentos, mas eu tenho uma prestação de contas, em que há o ativo...

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - A prestação de contas que o senhor tem é o quê? É um relatório ou uma prestação devidamente subsidiada pelos respectivos recibos e extratos que venham a consolidar o seu relatório? O que é prestação de contas na sua cabeça?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Na cooperativa, eu pedi a documentação para apresentá-la na Justiça, mas acontece que os próprios diretores que estavam lá alegaram que os documentos foram roubados da cooperativa a mando do Sr. Antônio Duarte e do grupo que ele liderava — os Srs. Vitor Albarado e Amarildo. Roubaram os documentos, saquearam a cooperativa. Inclusive, eu tenho aqui a denúncia que foi feita na Polícia no dia em que eles saquearam a cooperativa. Roubaram equipamentos e documentos da cooperativa — todos os documentos!

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - A cooperativa prestou queixa à autoridade?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Está aqui.



O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - A autoridade investigou? Qual foi o resultado?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Estão investigando, estão investigando.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Antônio Duarte era o quê? Garimpeiro, membro da sua cooperativa? Era o que nesse mundo?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - No princípio, eu disse para V.Exa. e para os Deputados que aqui estão que Antônio Duarte é simplesmente um vândalo, que não tem sociedade conosco, que não tem nenhum compromisso conosco, mas que tinha o compromisso de ajudar na aposentadoria, dizendo ser uma pessoa influente aqui dentro do Congresso Nacional. Até que nós descobrimos a verdade, quando o botamos para fora. Foi aí que ele se zangou conosco e começou...

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Mas uma pessoa com essa influência dentro da sua organização não aparece do nada. De onde apareceu ele?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Não, ele já vinha com essa organização, de uma entidade chamada Agasp Brasil, se dizendo representante dos garimpeiros, entendeu? Ele fazia esse trabalho, dizendo ele. Aí, foi quando nós, vamos dizer assim... Normalmente, ele se apresentou no nosso meio.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Deixe-me lhe fazer uma pergunta: inicialmente, pelo que eu entendi, sua entidade firmou um contrato com a Colossus, que teria 51% do resultado da extração da mina. Correto?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Correto.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Depois, mais adiante, modificou-se essa regra e a Colossus passou a ter 75%, sobrando os 25% para os garimpeiros, de que o senhor tanto fala. Tanto no primeiro contrato, quanto no segundo, quem assinava pela cooperativa era o senhor?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Não!

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - No primeiro, quem era?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Teve vários Presidentes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Pois é, mas, no primeiro, em que a Colossus ficava com 51%...

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - No primeiro, dentro do contrato, era o Sr. Valdemar Pereira Falcão, que foi Presidente.



O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Isso. E, no segundo contrato, quando a Colossus passou a ter 75% do que fosse produzido, o Presidente já era o senhor?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Foi comigo.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Tá. Acusam o senhor de que, nesse momento dessa — vamos dizer assim — vontade de dar uma participação maior à Colossus, pesa contra o senhor uma acusação de que essa empresa teria dado ao senhor 344 mil reais.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Ninguém prova isso. Nunca aconteceu isso. É mentira de quem diz, e só diz porque não me conhece, não conhece o meu passado, nem minha família, nem meu comportamento. Um garimpeiro, garimpeiro não diz isso; diz um elemento que não é garimpeiro.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Então, o senhor nega que a empresa tenha, a qualquer título, pago essa importância ao senhor?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Eu não estou só negando, estou dizendo ao senhor que isso é uma mentira!

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sei. Mas o senhor não nega que houve um depósito na sua conta pessoal?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - De 350 mil reais?

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - De 350 mil reais.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Houve, sim, mas acontece que...

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Que não tem nada a ver com esses 344.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Trezentos e quarenta e quatro?

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Não, aqui... Veja bem. São duas coisas: uma, a acusação de que o senhor, no momento dessa negociação...

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - O senhor tá falando do quê?

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - ...no momento dessa negociação, em que a Colossus saiu de 51% para 75% de participação, a empresa teria, sei lá, a qualquer título, lhe pago 344 mil reais. Esta é uma situação.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Sim.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Isso o senhor está negando?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Nunca procedeu, nunca houve isso. Nunca! Aliás, deixe-me contar para o senhor uma coisa, para deixar bem claro aqui



para os senhores. Eu sempre tive moral com a empresa Colossus e sempre defendi meus interesses, tanto que eu cheguei a notificá-la.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Eu já estou concluindo. Eu já estou concluindo. Então, o senhor está negando aqui. Mas tem a história dos 350 mil. Essa o senhor confirma?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Trezentos e cinquenta mil?

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Depositados na sua conta.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Não, mas aí foi a diretora financeira...

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Não, eu estou lhe perguntando se o senhor confirma que houve um depósito na sua conta de 350 mil.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Não é dessa forma. A resposta para o senhor é a seguinte: foram depositados, passaram, passaram 350 mil reais na minha conta, depositados pela diretora financeira, para que eu pudesse repassar...

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Depositados pela D. Antônia Alves de Oliveira?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Exatamente.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Do que caiu na conta dela, ela transferiu 350 para a sua conta?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Porque ela passava para todos os companheiros, para que pudéssemos fazer o nosso trabalho que a gente fazia.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - O.k. Entendi, entendi. Agora, nós temos aqui dois números. Nós temos o número de 59 milhões...

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Deputado...

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Só duas perguntas, para concluir.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Pois não.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - A Vale abdica do direito de exploração de Serra Pelada por 59 milhões. Quem pagou à Vale os 59 milhões? O Governo? O Estado?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Desconheço.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - O senhor desconhece. A Colossus faz um acordo com a cooperativa na ordem de 50 milhões de reais. Confere esse número?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Não conheço.



O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Quanto a Colossus pagou até hoje à cooperativa?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Não, ela não pagou.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Depositou, sei lá o quê?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Está aqui o documento que eu lhe apresentei. Ela fez adiantamentos de acordo com este documento aqui, que é do contrato, que diz que ela tem que fazer o custeio de 350 mensais, valor a ser descontado dos prêmios.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sei.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Porque nós temos prêmios.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Olha, nós temos aqui 19.2 que foram depositados na conta desta senhora.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Não foi de uma vez isso aí...

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sei! Mas foram depositados.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Sim, mas eu estou lhe dizendo...

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Esse é o total de depósito da Colossus na conta desta senhora, na da sua, na conta da cooperativa. Enfim, por conta desse negócio, quanto a Colossus pagou à cooperativa até hoje? Não importa em que conta caiu!

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Olha, eu acho que, dentro da...

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Não! Aqui não pode achar, seu Gessé!

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Não, porque eu...

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - O senhor tem um contador que é o melhor do mundo, como é...

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Eu não vou lhe dar... Mas eu não vou lhe dar... O senhor está querendo...

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Como é que o senhor "acha"?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - O senhor quer precisamente um valor,...

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - É!

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - ...e eu não vou lhe dar esse valor. Eu vou lhe dizer que aproximadamente 40 milhões passaram pela cooperativa dos garimpeiros de Serra Pelada.



O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Aproximadamente 40 milhões de reais?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Isso!

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Neste momento, eu não tenho mais perguntas, Sr. Presidente!

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Mas eu queria, porque o senhor não me perguntou... Eu acho que isso é importante, e o senhor não me perguntou com o que eu gastava esse recurso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Mas pode ser que seja a pergunta do Deputado Domingos Dutra.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Ah! Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - E vão ter as considerações finais, e o senhor pode concluir depois, com as considerações finais.

Neste momento, eu chamo o Deputado Edio Lopes para assumir a Presidência.

Passo a palavra ao nobre Deputado Domingos Dutra; e, em seguida, quero que o Presidente me inscreva, para que eu possa fazer uso da palavra. *(Pausa.)*

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Deputado Domingos Dutra, eu queria que o senhor me permitisse dizer ao senhor que eu me apresentei aqui simplesmente com o desejo de que a verdade seja exposta, entendeu? Eu queria que o senhor pudesse conduzir isso comigo de forma que eu pudesse expressar a verdade. Se for esse o seu interesse, o senhor vai alcançar o seu objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Com a palavra o Deputado Domingos Dutra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, Deputado Edio Lopes, primeiro, eu parabenizo V.Exa. pelo requerimento de audiência, e lamento a ausência dos demais; parabenizo também aqui o Deputado Cleber Verde, que é maranhense, por sua presença. S.Exa. é um dos autores, ou o autor principal da PEC sobre aposentadoria. Cumprimento o Sr. Gessé Simões Mendes, que eu não conhecia; é a primeira vez que o vejo, só ouvia falar...

Eu acho, Deputado Edio, que a fala do Sr. Gessé só fortalece a CPI que está protocolada aqui na Câmara. Porque só através de uma CPI é que nós podemos confrontar depoimentos; através de uma CPI é que nós podemos quebrar sigilos



fiscais, telefônicos e, inclusive, bancários; é através de uma CPI que nós podemos requisitar documentos; e é através de uma CPI que nós podemos convocar pessoas, empresas, representantes de empresas e autoridades sobre essa questão de Serra Pelada. A questão é muito séria, é complexa, é antiga, e envolve muita gente: gente do poder público, gente considerada individualmente, representante de empresa, e até empresa estrangeira, como a empresa Colossus.

A forma como V.Exa. abordou o depoente de fazer perguntas é próprio de uma CPI. Eu vou fazer também só algumas perguntas, porque, como não tem caráter de CPI, o depoimento do Sr. Gessé vai servir, talvez, para a Comissão tomar alguma outra providência, mas nunca terá o mesmo poder de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

O caso de Serra Pelada, pelo que eu estou tentando compreender nestes 7 meses, é caso de Polícia e de Justiça. Eu comecei neste processo de Serra Pelada de setembro do ano passado para cá. Nesses 7 anos, eu fui procurado por alguns grupos de garimpeiros, que me relatavam denúncias, mas eu ficava quieto e não entrava. Eu não entrava porque tinha muito problema — todo mundo sabe o meu trabalho aqui —; não entrava porque lá o Ministro Edison Lobão, atual Ministro, Senador licenciado, era considerado o pai, a mãe e o avô, como disse aqui o Sr. Gessé, dos garimpeiros. E como o Ministro Lobão é um Ministro extremamente forte, sempre ligado ao Governo, o patrono dos garimpeiros, eu achei que não tinha motivo para abraçar mais um problema tendo um político lá. Eu só entrei depois do conflito que teve lá, em agosto do ano passado, em que eu não estava, e houve 25 ou 28 garimpeiros feridos à bala pela Polícia Militar quando tentaram chegar próximos do garimpo. E de lá para cá, eu estou tentando compreender, dentro dessa dinâmica que nós tivemos aqui, a quantidade de problemas que tem lá, e não é coisa simples.

Primeiro, fizeram o contrato com essa empresa Colossus. Pelo que me relataram, a Colossus fez uma proposta de aproveitamento econômico do garimpo. Nessa proposta, ela ficaria com 51% do que fosse produzido, e a cooperativa com 49%. Teria que ser formada uma terceira empresa, que teria como sócios só a cooperativa e a própria Colossus para administrar. Seria esta empresa que iria administrar o garimpo, a SPCDM — Serra Pelada Companhia de Desenvolvimento



Mineral, mas que não administra coisa nenhuma! Quem manda lá até hoje é a Colossus, simplesmente a Colossus. Como me disseram, foi uma assembleia com mais de 10 mil pessoas levantando a mão, e que terminou à noite. Lá, ninguém leu nada, ninguém ousou discutir nada, porque havia um sensacionalismo, uma esperança tão grande. Afinal de contas, o Ministro de Estado tinha estado antes, tinha sido carregado nas costas por garimpeiro, entregado a portaria de lavra com aquele discurso de que o ouro ia bamburrar, então, quem ousasse discordar de uma proposta daquela estava morto! E, pelo que me disseram, aos poucos que tentaram questionar, a empresa fez uma proposta de prêmios: antes de o garimpo começar a produzir, de 2 em 2 meses, de 3 em 3 meses, haveria um prêmio que a empresa daria para a cooperativa, para poder se manter, que chegava a 24 milhões de reais. Era esse o prêmio. Então, diante dessas promessas, aquela massa garimpeira simplesmente aprovou uma proposta, sem ler, à noite. De lá para cá, a proposta foi mudada quatro vezes.

Então, eu queria perguntar, primeiro, para o Sr. Gessé: que motivos levou o senhor a concordar a assinar os quatro aditivos que foram feitos na proposta original, cujos aditivos só prejudicaram os garimpeiros? O senhor disse que ama os garimpeiros, mas os aditivos, todos eles, prejudicaram. Primeiro, o prejuízo, porque a Colossus pulou de 51% para 75%, e os garimpeiros perderam de 49% para 25%. Perderam 24%. O segundo prejuízo é que o prêmio deixou de ser prêmio, passou a ter adiantamentos de 350 mil, cujos adiantamentos serão descontados na hora em que começar a produzir.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Esses prêmios...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - E o terceiro prejuízo é que em todas as cláusulas do aditivo está escrito assim: "*Se necessitarem de investimentos, as duas partes, Colossus e COOMIGASP entrarão com os recursos. A parte que não puder entrar com o recurso terá debitado da parte que entrou no final do contrato*". É por isso que o Ministro Zimmermann convocou, aqui em Brasília, a Colossus e a COOMIGASP para dizer o seguinte: "*Em 25% ninguém mete mais a mão*". Porque do jeito que está na cláusula, que o senhor assinou, hoje os garimpeiros não teriam mais nada do garimpo. Porque há quatro cláusulas repetidas: a parte que colocar o dinheiro avançará sobre a parte da outra.



Então, eu queria perguntar ao senhor: por que o senhor concordou com essas modificações, esses aditivos que foram prejudiciais aos garimpeiros?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Deputado, levando em consideração S.Exa., que está aqui na sua Casa; e como Casa do povo, quero lhe dizer a verdade. Foi isto que eu lhe disse: para lhe dizer a verdade. Ao menos a verdade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Eu queria só fazer uma intervenção, com a vênia do depoente. O senhor disse que eram quatro aditivos. Eu consegui acompanhar o de 51% para 75%; o que o prêmio deixou de ser prêmio para se transformar em adiantamento; e o terceiro, de que os investimentos seriam custeados pelos dois lados; e o quarto? Teve um quarto aditivo?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Tem o quarto, depois eu passo a V.Exa., que está aqui em minhas mãos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - O.k.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Então, eu gostaria de responder, mas que o Deputado compreendesse o que eu vou responder. Eu lhe prometi, e nós vamos falar a verdade. Mas, por favor, o que eu estou dizendo é a verdade, porque quem conhece sou eu.

Primeiro, eu nunca fiz nenhum negócio com a Colossus; quem fez negócios com a Colossus foram os garimpeiros. Eu sou apenas o representante dos garimpeiros e, como tal, que sou o representante, claro, quem assina o documento sou eu. Mas como eram feitos? Através de assembleias gerais.

Nós reuníamos 25 mil garimpeiros, e eles tomavam a decisão. Não adiantava ali nem o Deputado Domingos Dutra ou quem quer que seja, como o Presidente Lula, não adiantava. Quando chegasse ali, eles é quem decidiam. E vou dizer: pela credibilidade que nós temos, eu jamais feriria ou deixaria que tomassem outra direção.

Então, veja bem, quando foi feito, eu fiz dois aditivos: o terceiro e o quarto. Quando eu cheguei lá, já tinham dois. Bem, mas o que eu quero lhe dizer, para o senhor compreender, é que, na época em que eu cheguei lá, quando eu entrei, estavam em menos de 10%. Eu falei ainda agora no meu depoimento, o senhor é que não prestou atenção, que estavam em menos de 10%. Era a alegação inclusive



de alguns que lhe acompanham, que faziam vandalismo em Serra Pelada. São os inimigos históricos de Serra Pelada. Alegavam que lá estava em menos de 10%.

Então, quando eu assumi foi para pacificar, foi para trazer a unidade dos garimpeiros. Então, eu trouxe e disse: *“Como é que nós vamos fazer, porque hoje, de acordo com o contrato que existe aí, há uma diluição. Há uma diluição”*. Quer dizer, a empresa Colossus faz o investimento dela, só, e vai diluindo, porque nós não temos o dinheiro. Como o senhor disse, tem o item no contrato, é no contrato original, o primeiro. O contrato original diz isso, que seriam... As duas partes é que tocariam, e depois que passasse dos 12 milhões de reais, se não desse para cobrir as despesas de pesquisa. Então, seriam as duas partes. Por que a empresa teve o cuidado de fazer isso? Eu não estou aqui defendendo a empresa, porque eu não estava lá no dia. Foi com o outro. Mas o que se sabe, e o que depois passou na minha carne, é que esses vândalos, inimigos de Serra Pelada, não permitiam que a empresa trabalhasse. Durante 2 anos e 3 meses, ela só trabalhou regularmente 8 meses. Ela entrou no vermelho! Então, veio o procedimento, e ela não pôde cumprir. Aquilo estava previsto cumprir com 12 milhões, então, ela passou para 18 e perdeu a conta.

E lá as ameaças de tocar fogo nas sondas — era o seu Etevaldo, eram os Arantes, era o Edinaldo, aquele rapaz que lhe acompanha... Ele era o mais perigoso! Inclusive, ele está denunciado na Comissão de Direitos Humanos, foi ele quem mandou fazer a emboscada que matou, que culminou com a morte do Manoel Batista. Então, por causa desse povo e da reclamação deles de que estava em menos de 10% é que eu assumi, para poder trazer o povo. E o povo entendeu que 25% eram bons. Não foi quem decidiu, foi a sociedade. E aí eu fui à cooperativa... aliás, na empresa para ver se eles concordavam. Não foi fácil eles concordarem com os 25%. Eu trouxe ao conhecimento do Ministério... Ao DNPM — Departamento Nacional de Produção Mineral e ao Ministério de Minas e Energia. Conversei com algumas autoridades judiciais, e aí foi que nós chegamos a aceitar. Fizemos uma assembleia, pré-assembleias — eu tenho todos os documentos das pré-assembleias, entendeu? É preciso que o senhor me cobre isso porque eu lhe dou todos os documentos, tanto atas quanto filmagens. E se o senhor quiser eu boto 3 mil, 4 mil garimpeiros para lhe dizer o que eu estou dizendo. Bem, e daí era



discutido: *“Os senhores querem ou não querem? Como é que nós vamos fazer?”* E o povo aprovou.

É assim que eu trabalho, foi assim que eu fiz, e é por isso que eu tenho credibilidade. E conquistamos os 25%, como? Para daí para frente não ter mais diluição, eram 25% livres. Tanto que o Ministério de Minas e Energia, através do DNPM, nos convocou para fazer um documento, que é o termo de compromisso — se o senhor não tiver, eu lhe passo —, que são as condicionais para poder entregar o alvará de pesquisa, que ninguém poderia tocar nos 25%. Como nós precisávamos trabalhar com custo operacional, e não tinha renda, então a empresa Colossus, desde o princípio, desde o princípio, no contrato original, já previa dar o dinheiro do custeio operacional, que vai nos trazer 50 mil reais para ser descontado nos prêmios. E mesmo com o alterado para o terceiro aditivo, não deixou de ser prêmio. É adiantamento? É, mas para descontar dos prêmios e não dos 25% que são livres para o garimpeiro. Vamos deixar isso bem claro, porque se fala de direito de garimpeiro. Quanto a isso aí, o direito de garimpeiro são 25%, e livres! Está lá no termo de compromisso, que vou passar daqui a pouco. Esses prêmios foram criados para o custeio. É dele que vem o recurso, é de lá que vai ser descontado. Isso que o senhor está dizendo que é empréstimo, na verdade vai ser descontado mesmo dos prêmios e não dos direitos dos 25% dos garimpeiros.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Seu Gessé, eu, de setembro para cá, já me reuni com um bom número de garimpeiros no Maranhão. É porque eu me sensibilizei, Deputado Edio, com a situação de todos — mas mais os do Maranhão, que é onde eu vivo —, da maioria dos garimpeiros de Serra Pelada, quase todos em idade avançada, que são extremamente pobres e enganados. E onde eu tenho ido, Sr. Gessé: já fui três vezes em Açailândia, três vezes em Imperatriz, duas vezes em Porto Franco, três vezes em Grajaú, três vezes em Presidente Dutra, três em Barra do Corda, duas vezes em Chapadinha, três em Caxias, uma em Buriti Bravo, uma em Passagem Franca, e outra em Colinas...

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Eu tenho acompanhado... Eu tenho acompanhado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Em todos os lugares onde eu tenho ido ninguém tomou conhecimento desses aditivos. Ninguém! Então, eu pediria



que o senhor mandasse para a Comissão as atas e os documentos das pré-assemblys. Como não é uma CPI, a gente está perguntando aqui sem muita utilidade, é mais para a gente tomar conhecimento. Eu pediria que o senhor mandasse.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Mas eu pediria... O senhor me permita, por gentileza...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A segunda coisa que eu queria que o senhor explicasse — já falou, em parte, ao Deputado Edio —, pelo que nós temos conhecimento, a partir do COAF — Conselho de Controle de Atividades Financeiras, que está nos autos da ação criminal promovida pelo Ministério Público contra o senhor e os demais, o COAF identificou 54 milhões de reais, que foram depositados pela SPCDM e pela Colossus. O senhor já disse que foi gasta boa parte nas assemblys.

Eu perguntaria para o senhor: em que foram gastos esses 54 milhões? Foram só em assemblys? E para a gente avançar, o senhor falou que cada assembly custava 2 milhões e 500 mil reais...

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Em torno de...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Se o senhor pudesse explicar no que se gastava tanto para uma assembly. Olha, eu sou candidato a Deputado. Desde 1980, eu sou candidato, a Vereador, inclusive. O senhor acredita que em mais de 12 campanhas eleitorais minhas — já fui eleito duas vezes Deputado Estadual, três vezes Deputado Federal —, eu não gastei 2 milhões e 500 mil reais? Então, se o senhor pudesse destrinchar aqui o que era gasto nessas assemblys... Porque as 18, pelos meus cálculos, daria 45 milhões de reais, se for na média de 2,5 milhões. Se pudesse explicar para nós por que as assemblys eram tão custosas, e se o dinheiro, que o senhor e a D. Antônia receberam, os 54 milhões, foram gastos só em assembly ou em que mais foi gasto esse dinheiro.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Deixe-me dizer, Deputado: se o senhor tivesse observado desde o começo, eu falei sobre construção. Nós estamos construindo... estávamos construindo o maior centro administrativo do Norte-Nordeste.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quanto custou esse centro?



O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Nós gastamos em torno de 4 milhões.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - No centro?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - No centro administrativo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - E o que mais?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Nós compramos uma frota de carro de transporte, entendeu?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quanto foi o carro?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Ah... Foram vários! Teve...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Não! Em dinheiro, mais ou menos, em espécie...

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Eu não vou citar valores aqui, porque, amanhã, eu não sei qual é a intenção do senhor nesse sentido. Então...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Não! A intenção minha aqui, como é a de todos, é só descobrir a verdade diante desse marafuá de coisas mal esclarecidas.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Eu gostaria... Eu gostaria de me limitar explicando no que eu gastei. Foi isso que o senhor me perguntou inicialmente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Foi, exatamente.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Eu quero lhe dizer que 54 milhões... Eu gastei aproximadamente 40 milhões, porque quando eu cheguei lá já encontrei o projeto andando já havia quase 2 anos, entendeu?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Certo.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Eu quero dizer o seguinte: que eu, em 3 anos, se o senhor quiser me ouvi — e vai ficar aqui todo o mundo de testemunha—, em 3 anos que eu estive lá, encontrei um garimpo soterrado, transformei numa mina, numa mina. Evoluí de todas as formas, com audiências públicas, e foram várias. Inclusive, se o senhor me perguntar, eu vou lhe dizer...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O.k., o senhor manda as atas, porque fica melhor.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Tudo bem, a gente pode mandar as atas das assembleias.



E quero dizer ao senhor o seguinte: em cada assembleia dessa eu levava de 20 mil, 25 mil a 30 mil pessoas. Eu dava toda a assistência: alimentação... E lhe dou essa oportunidade de o senhor buscar. Porque, na verdade, eu quero lhe dizer o seguinte...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Diga-me só o seguinte: o senhor falou que fez 18 assembleias, e todas elas foram lá em Curianópolis?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Não!... Ah! As assembleias, foram!

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - As 18?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - As assembleias.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sim, quantas assembleias foram?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Dezoito assembleias.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Dezoito lá em Curianópolis?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Em Curianópolis.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - E quantas pré-assembleias?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Ah!... Foram 18. Porque todas as vezes que nós íamos fazer uma assembleia geral, a gente fazia as pré-assembleias nas cidades, onde se concentra maior número de garimpeiros.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Me diga aqui uma coisa: o senhor passou como Presidente quantos anos?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Passei 3 anos. Eu me elegi e reelegi e passei mais 4 meses. Então, em 4 meses, sequestraram a Cooperativa.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Fez 3 anos e 4 meses?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Quatro meses. Depois, sequestraram a Cooperativa.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Gessé, me diga o seguinte: o que justificativa, durante 3 anos, 18 assembleias lá em Curionópolis?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Porque, dessa forma era que se pacificavam os garimpeiros, senão, fica do jeito que está aí hoje: o senhor não consegue arrumar; o senhor anda com 1,5 mil pessoas, todas praticando atos de vandalismo, de terrorismo, falando mentiras, dizendo coisas que não devem. Esse é o tombo.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu percebo que o senhor é garimpeiro e não do SNI, porque você disse que acompanha por onde eu tenho andado...

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - ...e agora está dizendo que eu ando com 1,5 mil pessoas. Se eu tivesse 1,5 mil, eu montava um exército.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Não, 1,5 mil...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu não tenho 1,5 mil.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Não, eu estou dizendo que as pessoas que se aproximam de você — desde o princípio eu disse aqui, Deputado —, são 1,5 mil adversários que não querem o projeto, que vivem de fofoca e de discórdia. E foi exatamente por isso que o Presidente Lula marcou, várias vezes, de entregar o documento e não pôde.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Presidente, só para ser objetivo: então, se o senhor fez 18 assembleias lá em Curionópolis, o senhor vai mandar as atas. E fez mais de 18 pré-assembleias no Estado do Maranhão e no de Tocantins.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Mas é claro, porque eu fazia no País inteiro, onde se concentra o maior número de garimpeiros.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Então, os 40 milhões que o senhor diz que administrou foram todos gastos em assembleias, e algumas coisas em construção, gasto administrativo.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Exatamente. Deixe eu lhe dizer, para o senhor entender melhor.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - E cada assembleia dessas custava 2,5 milhões.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Dois milhões e meio aproximadamente. Pode ser mais, pode ser menos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Deixe eu lhe perguntar outra coisa, só para a gente avançar. O senhor já explicou para o Deputado Edio, e eu já ouvi, nesses 7 meses: a Cooperativa, dizem, tem uma dívida de 170 a 180 milhões de reais; uma grande parte, dizem, que é fraudulenta como o senhor falou, dívidas combinadas. E aí você explicou que o dinheiro caía na sua conta ou na conta da D.



Antonia porque, se caísse na conta da Cooperativa, os credores tomavam conta. É isso?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Eu não disse na minha conta; eu disse na conta dela, da Diretora.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Certo. Mas foi combinado. Quem combinou com a Colossus e a SPCDM para que o dinheiro fosse depositado na conta da tesoureira? Foi o senhor?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Fui eu.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Ah, então, foi o senhor.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Fui eu.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Porque, na cultura presidencialista, tesoureiro só faz assinar cheque, quem manda é o presidente. Então, o senhor mandava.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - O senhor está querendo que eu diga que eu mandava. Eu quero lhe dizer que quem assinava...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor está se revelando aqui e disse aqui, muitas vezes, que o senhor mobiliza 40 mil garimpeiros, e ainda disse, por último, que hoje o senhor mobiliza 36 mil. Então, o senhor é o líder, não é?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Claro que sou, eu tenho certeza.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Então, pela cultura presidencialista, o senhor é que mandava no comando da administração.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Mandava de acordo com a vontade dos garimpeiros. Se era isso que eles queriam, decidiam, e eu determinava.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Não, Gessé, não faça enrolada com a gente. Ninguém aqui é bobo.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Não...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Se o senhor é presidente, o senhor, para tomar um ato, para assinar um cheque, mandar depositar dinheiro, o senhor não ia mandar fazer uma assembleia. Mesmo que tenha feito as dezoito, divididas em 40 meses, porque foram 3 anos de mandato e mais 4 meses, não dava para fazer uma assembleia todo dia, para ato administrativo. O senhor é o líder, então, o senhor foi que combinou com a Colossus e com a SPCDM e disse: "Olha,



nós não temos condições de receber dinheiro na conta da Cooperativa. Vocês depositem na conta da D. Antonia, Tesoureira". Foi isso?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - O acordo, deixe-me explicar com mais detalhes, para ficar mais explícito e inclusive o senhor entender: a conta da diretora financeira é que recebia os recursos da Colossus, que eram destinados para o custeio da Cooperativa. Nós não tínhamos outra conta.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Isso a gente já entendeu.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Então, só o que eu posso lhe dizer é isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Então, o senhor foi, o senhor, como Presidente,...

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Eu só vou lhe dizer isso, Deputado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Não, mas o senhor, como Presidente, foi quem tomou a iniciativa de conversar com a SPCDM, com a Colossus, de ir lá e pedir para eles depositarem na conta da tesoureira, particular dela.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Muito bem. Eu fiz várias assembleias. Entre elas, foi discutido esse assunto com os garimpeiros, e eles...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Você pediu autorização nas assembleias.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Pedi. Claro, claro.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Está escrito nas atas.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Não sei se está escrito nas atas, mas eu posso...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Deve estar, porque um assunto destes é relevante.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Mas quero lhe dizer o seguinte: que todos os negócios que foram feitos — todos, todos — foram autorizados pelos garimpeiros.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Diga-me outra coisa: quem era o diretor da Colossus, quem era o diretor da SPCDM com quem o senhor tratou, para fazer esses depósitos? O senhor se lembra?



O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Os entendimentos eram feitos com o diretor financeiro da Colossus.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor se lembra do nome dele?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - O Sr. Adelson.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Adelson.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - E o da SPCDM?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Da SPCDM, inclusive eu era um dos diretores, porque ela tinha 2 diretores da COOMINGASP.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Exatamente. Então, na época em que foi depositada parte desse dinheiro, o senhor foi Presidente da SPDM?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Quando eu fui Presidente da COOMIGASP, eu fui destinado pelo Conselho Deliberativo para representar a participação da SPCDM pela Cooperativa.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor foi presidente, por um período,...

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Não, presidente não!

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - ...do Conselho de Administração da SPDM?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Não, eu era membro desse Conselho.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quem era o outro da Cooperativa que fazia parte?...

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - O Dr. Jairo Leite.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Dr. Jairo. Então, a COOMIGASP tinha dois diretores na direção da SPDM?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Exatamente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Então, a SPDM, quando fazia os depósitos, consultava todos os diretores?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Com certeza.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Então, o senhor, como Diretor da SPCDM, também concordou com a autorização para depositar o dinheiro na conta da D. Antônia?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Claro, claro, claro.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu pergunto ao senhor: uma cooperativa do tamanho da COOMINGASP, com um histórico que tem, uma empresa estrangeira como a Colossus, com uma subsidiária no Brasil — nós já compreendemos que as contas da Cooperativa estavam podres —, o correto não seria fazer o depósito em juízo, em vez de fazer o depósito na conta pessoal da tesoureira? Para o senhor, com toda a esperteza, inteligência e experiência, isso não seria o correto, o prudente? Se a conta da Cooperativa que o senhor dirige não pode receber recursos e se o senhor trata de recursos de uma massa — porque não eram seus, eram de todos os garimpeiros —, o correto não seria depositar em juízo e, na hora em que o senhor precisasse fazer as despesas, pedir o alvará judicial?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Tanto que nós consultamos, entramos em entendimento com a Justiça do Trabalho, onde existiam as ações trabalhistas que impediam esse trabalho, esse movimento bancário na conta oficial. E, depois do acordo que fizemos, ficou acertado que, tão logo nós pagássemos a dívida, eles iriam liberar e ministrar a nossa conta.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu entendi. Eu perguntei ao senhor se o correto não seria fazer o depósito em juízo.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - E estou lhe dizendo: tanto que fizemos isso. Fizemos um entendimento, um acordo com a Justiça do Trabalho — a nossa luta era por isso. E pedi...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Vamos zelar pela objetividade das duas partes, para que nós possamos concluir os trabalhos.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - ao Ministério Público, através do Dr. Hélio Rubens, que me ajudasse a resolver a situação.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mas o senhor tinha um corpo de advogados.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - E ele se comprometeu de fazer um documento conosco, exatamente para colaborar com o que o que você está dizendo aí.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Gessé, se o senhor tinha um corpo de advogados, se a tia tinha todo esse problema, para nós, como cidadãos comuns, o correto seria pedir que fosse depositado em juízo — e o senhor, todas as



vezes que precisasse sacar, faria o pedido —, e não ter feito o depósito em contas pessoais.

Mas vamos adiante. O senhor lembra, mais ou menos, na sua época, qual era o montante da dívida da COOMIGASP?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Você fala...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A dívida que tinha lá.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Porque nós tínhamos dois planos de dívida.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sim, eu sei: trabalhista e cível.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - As cíveis e as trabalhistas.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quanto, mais ou menos, você acha que tinha?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - De qual?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quantos milhões de dívida total?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - As cíveis?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Cíveis e trabalhistas.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Ela passava de... Porque é o seguinte: foi uma loucura o que fizeram.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sim, eu sei.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Eles fizeram uma loucura. Estava passando de... Quando eu entrei, já estava nuns 300 milhões.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Trezentos milhões?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Exatamente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Você deixou documentado isso?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Não. Eu não fiz nada disso, eu não tenho nada a ver com isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Não, eu não estou dizendo que é o senhor.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - E tenho por quê? Porque a única coisa que eu fiz...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sim.



O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Lá em Imperatriz, tem um homem tem um homem chamado Dr. Mendonça. Não sei se o senhor o conhece.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Não, não conheço.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - O Mendoncinha. Ele tinha entrado com uma ação contra a Cooperativa, como os demais, ação cível. O que eu fiz, assim que entrei? Chamei todos os diretores daquela época e disse: "*Vou denunciá-los se os senhores não me ajudarem a resolver essa situação*". Foram os que fizeram o imbróglio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Tudo bem.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Aí o resultado: eles se comprometeram comigo de que iriam me ajudar a derrubar. E nós entramos com uma ação contra o Mendoncinha, que tinha...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Então, o senhor acha que, na sua época, a Cooperativa tinha 300 milhões em dívida?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Eu acho, eu acho.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - E quando o senhor saiu?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Não sei. Eu quero lhe dizer o seguinte: não foi gerada nenhuma dívida durante o meu governo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Deixe-me perguntar-lhe o seguinte: o Sr. Francisco Barros da Silva Filho era seu segurança?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Você conhece o Sr. Francisco Barros da Silva Filho?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - É uma pessoa que sempre trabalhou conosco e nos ajudou na Cooperativa.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mas ele era o quê? Garimpeiro?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Ele contratava ônibus, ele buscava...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A mando do senhor?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - É claro!

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Então, ele era subordinado ao senhor?



O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Não, não era a mim. Não diga isso. O senhor está botando palavras na minha boca.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Não, o senhor está dizendo que era quem o autorizava a fazer contratação.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Por favor, por favor! O senhor pediu-me para responder, e eu gostaria de poder responder. Dê-me o direito para isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Está bem.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - O senhor me perguntou quem é o Francisco Barros. É uma pessoa que prestava serviços para a Cooperativa, contratando veículos, contratando empresa de alimentação. Ele nos ajudava. A gente mandava o dinheiro para ele, que pagava as despesas e trazia as notas para a prestação de contas. Então, ele era um colaborador, como os muitos que nós temos.

Acontece o seguinte... Deputado, por favor, só para o senhor levar em consideração e observar. Leve isso em consideração. O senhor botou aí, talvez, oito pessoas, que o promotor colocou, o senhor quer levar (*ininteligível*). São 200 que foi depositado dinheiro na conta deles.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu sei! Mas só quero saber desses.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - São representantes da Cooperativa.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor soube que ele recebeu, na conta dele, depositados, 890 mil reais?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Através da Justiça.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mas isso aqui não foi da Justiça, não. Foi desses 54 milhões.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Sim. Tomei conhecimento através da Justiça, porque eu não sabia quanto ele havia recebido, porque ele prestava conta das coisas. Isso não foi de uma vez.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Você sabe o que ele fez com o dinheiro? Esse dinheiro era para quê?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Eu já falei: para alugueis de veículos, condução, transporte do povo.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Os 344 mil reais, desses 890 mil reais que ele depositou na sua conta, eram para quê?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Acredito eu que é porque deve ter lá as saídas — e eu não temo isso —, que eram para pagar. Todas as vezes que vinham recursos para a minha conta eram para eu repassar. Por exemplo, eu passava o dinheiro para uma pessoa; aí a pessoa, na hora de contratar os carros, não dava conta de contratar carros e não contratava aquela empresa com aquele valor; então ela devolvia.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mas Sr. Gessé, qual era o papel da tesoureira?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Por favor, por favor. O senhor me perguntou e eu quero responder. Então, ele devolvia o recurso de origem para alguém que pudesse resolver a situação. O que importava para nós... Porque não levávamos em consideração, porque eu não via ilicitude nisso aí — perdoe-me o que houve. Mas, na verdade, ele mandava para a gente poder cumprir com a missão. Às vezes, quando os recursos chegavam, faltavam 4 ou 5 dias para se realizar a assembleia. E a gente precisava mandar o dinheiro para os representantes.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor tomou conhecimento de que, de março a outubro de 2010, ele recebeu mais outro depósito, que somaram 863 mil reais?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Quem?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O Francisco. Um segundo depósito. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Deve ter recebido. Foi de uma vez?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Não, de março de 2010...

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Sim. Eu disse aqui, agora, que ele era prestador de trabalho conosco. Ele nos ajudava, ele nos ajudava.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - E o senhor conhece o Osmar Cardoso de Souza?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Osmano de Souza.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Osmano e Tânia?



O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - D. Tânia. Veja bem: cometeram uma injustiça; ela se apresentou, lá em Curionópolis, para o juiz; e o juiz inclusive a dispensou, porque ela é esposa de um representante. O que acontece? Como nós mandávamos lá de Monção, o Luiz é lá de Monção e é uma pessoa que inclusive se dá com todo mundo. Ele, o representante dos garimpeiros, recebia os recursos para a contratação de veículos, para a condução dos garimpeiros daquela região, porque ele representa oito cidades. O que ele fazia? Mandava colocar o dinheiro na conta da esposa dele. Aí, botavam o dinheiro; ele contratava o carro; pegava as notas; e vinha. A esposa dele — mas só que ela esclareceu essa verdade — é uma professora humilde. A vida deles é humilde. Entendeu? Acho que foi uma ingratidão muito grande, foi uma injustiça o que fizeram com eles.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O Osmano fazia o quê? O Osmano Cardoso de Souza?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - O mesmo trabalho.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Servidor público do Estado do Maranhão, era motorista, que recebeu 867 mil e 660 reais? Um humilde garimpeiro recebendo essa quantidade de recursos que eram para a Cooperativa.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Eu lhe provo que ele era funcionário da Cooperativa, ele não era funcionário público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Antes da resposta do Sr. Gessé, nós queremos registrar aqui, com muita honra, a presença do nosso querido Presidente desta Comissão, Deputado Hugo Motta, do PMDB da Paraíba.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Hugo Motta? Prazer, Deputado.

Então, eu gostaria só de terminar de responder. É o seguinte: o Osmano fazia o mesmo trabalho que os outros faziam; apenas entrou mais dinheiro na conta dele. Ou seja, vamos dizer que ele estivesse mais próximo do Gessé, que era isso que o senhor queria dizer. Pois ele estava mesmo mais próximo de mim, porque eu tinha homens de minha confiança para fazer todo o trabalho dentro da Cooperativa, até mesmo para não morrer, até mesmo para não morrer — porque até agora não me perguntaram por que eu não morri.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu vou fazer as últimas perguntas, porque, como eu já disse, tem que ter essa CPI porque alguém tem de ir para a



cadeia. Não se pega 54 milhões de reais, Sr. Gessé, e, desses 54 milhões, Deputado Edio, Deputado Cleber e companheiro Hugo Motta, nenhum real foi parar na conta de garimpeiros. Foram todos gastos, segundo o Sr. Gessé, em assembleias e construção de estruturas. Então, é uma injustiça. Não é pouco dinheiro, nós estamos com uma moeda estabilizada.

Mas vamos lá. O senhor falou que o Toni Duarte estava pedindo dinheiro para o senhor e, segundo o senhor disse, ele queria esse dinheiro para distribuir para políticos.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Para amigos dele.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor poderia declinar quem são os políticos de que ele falava?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Não. Veja bem: eu não posso falar porque, aliás, eu não tenho o nome deles aqui comigo. Mas eu tenho uma equipe que fala. E vou dizer uma coisa para o senhor, Deputado: o senhor está no meio deles.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - De quem?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Dos amigos do Sr. Toni Duarte.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O Toni Duarte falava que pedia dinheiro ao senhor para mim?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Que queria dinheiro para poder custear despesa de amigos, de pessoas que estavam se aproximando. E ele foi repudiado pelo nosso grupo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Você tem alguém que estava na hora em que ele falou o meu nome na sua frente?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Tenho três testemunhas.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Você está disposto a testemunhar isso em juízo?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Claro, em juízo. Não, eu não testemunho em juízo não. Daqui a pouco, eu vou lhe dar uma cópia do que eu fiz, porque eu pedi à Polícia Federal para fazer uma investigação.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Diga-me, você se lembra em que ano, se puder lembrar, o mês, o dia e o ano em que o Toni Duarte chegou à sua mesa e disse: *“Presidente Gessé, eu quero dinheiro.”*



O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - *“A gente precisa ajudar os Deputados.”*

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Não: *“Eu quero dinheiro, porque eu quero levar esse dinheiro para Fulano de Tal, Beltrano, e um deles é o Deputado Dutra.”* Você se lembra do ano?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - As palavras não foram essas.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sim? Diga-me como é que foram.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - O senhor está dizendo suas palavras. Eu gostaria de me reservar para apresentar o documento para a Mesa e apresentar os nomes que possam vir aqui, para fazer a identificação. Eu posso apresentar os nomes. Os nomes já estão na Polícia Federal, os nomes que eu dei — não de Deputados — das pessoas que foram abordadas, que foram os últimos que eu levei. Vocês conversem com ele, porque eu não converso mais com o Sr. Toni Duarte. Ele tinha sido cortado da Cooperativa, a relação tinha sido cortada por causa do problema da *holding*.

Mas, Deputado, eu queria falar um negócio aqui para o senhor: o senhor, em nenhum momento, teve a consideração e o respeito comigo, quando o senhor disse que eu não podia ter gastado 54 milhões. Eu gastei, como disse, aproximadamente 40 milhões, mas, se eu tivesse a necessidade de ter gastado os 54 milhões, eu teria gastado, porque o Presidente da Cooperativa era eu, autorizado pelos meus irmãos, com uma prestação de contas — porque lá não disseram que eu tinha que prestar contas com A, com B ou com C, era com a sociedade. Fiz um trabalho para desenvolver o projeto que nós conquistamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Vamos nos atentar à pergunta e à resposta.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Mas é porque ele me incriminou, dizendo que isso é caso de cadeia. Pois eu acho que é caso de cadeia mesmo para aqueles que me incriminam.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Pois, Sr. Gessé, aqui não é para quem lhe incrimina. Se você está se referindo a algum Parlamentar, aqui nenhum de nós tem nada a ver com essa questão. Uma CPI deve ser instalada, o Ministério Público já entrou com o processo criminal. O concreto é que não pode ficar na impunidade o que houve ali.



O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Levante-se, Deputado. Quero vir para a CPI.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Se o senhor está dizendo que tem prova de tudo, que foi aprovado tudo o que o senhor fez, mesmo que não sejam 54 milhões, mas 40 milhões de reais não são 40 mil réis. É muito dinheiro para não ter (*ininteligível*).

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Sim, mas acontece que foi o gasto da Cooperativa. O que o senhor vai fazer? Esse é o gasto da Cooperativa, eu não posso fazer nada.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Então, eu queria perguntar para o senhor o seguinte: quanto tempo o Toni Duarte trabalhou com o senhor?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Eu acho que uns 2 anos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Ele era o quê? Seu assessor de imprensa?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Não, ele fazia um trabalho pela AGASP Brasil, dizendo ser uma pessoa que tinha influência no Congresso Nacional. Depois foi que nós descobrimos que, na verdade, o que ele fazia era surrupiar com o dinheiro da Cooperativa, as ajudas que nós dávamos. Ele estava aqui tentando barganhar emprego de um, recurso de um, e chegava à Cooperativa pedindo recurso e dizendo que era para dar para Deputado. Acho que ele não dava não, mas ele pedia.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor pagou quanto para ele nesse período?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Eu acho que a Cooperativa deve ter gasto... O senhor está falando de mim?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A Cooperativa...

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Eu não dei um centavo para ele.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Não, ele não recebia nada pelo trabalho?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Ele recebia da Cooperativa.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - É isso que eu estou perguntando.



O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Ele tinha um vínculo com a Cooperativa, porque foi feita uma assembleia, e os garimpeiros aprovaram que ele poderia cuidar da nossa aposentadoria.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Era um contrato?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Era tipo um contrato. Era um contrato.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Assinado?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Não, não havia assinatura nenhuma.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Verbal?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Verbal. Ele se entregou na Cooperativa, ele tinha o apoio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - E quanto é que ele recebia?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Na verdade, o apoio era direto para a AGASP Brasil. Nós dávamos uma ajuda de custo para a AGASP Brasil e, nessa ajuda de custo, ele tinha a participação dele.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quanto era a ajuda de custo?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Chegava a 30 mil contos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Por mês?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Por mês.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Para o Toni fazer o quê?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - O trabalho dele.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O que era? Divulgar?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Fazia divulgações, fazia viagens, conversava, ajudava nas audiências, nas pré-assembleias, nas assembleias.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mas, Sr. Gessé, diga-me — é só por curiosidade, para a gente esclarecer: 30 mil reais... Quando foi que ele deixou de trabalhar com o senhor?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Já tinha quase 1 ano, quando eu fui afastado da Cooperativa.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Então, ele deixou de trabalhar com o senhor em 2011, mais ou menos?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Dois mil e doze?



O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - No final de 2012. Não, no início de 2012.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Então, 2 anos atrás?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A inflação cresceu um pouco, mas, mesmo assim, 30 mil reais por mês é mais do que a gente ganha aqui. Nós ganhamos 26 mil bruto.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Não era o salário dele.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Você pagava mais do que o salário de um Deputado para um auxiliar, através de um *blog*. Era um *blog*.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Se o senhor permitir que eu fale a verdade, eu vou falar a verdade, mas, se o senhor quiser que eu me omita, eu vou me omitir. Eu não posso falar a verdade, porque o senhor me critica. Como é que eu vou fazer, então? O senhor quer a verdade ou não?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Não. Sr. Gessé, o que você...

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Eu quero lhe dizer que eu passava o recurso, e todo mundo tinha conhecimento, toda a sociedade sabia. Eu já lhe disse: eu nunca fiz nada na Cooperativa que não fosse autorizado pelos garimpeiros. Eu tinha uma Diretoria, eu tinha um Conselho Deliberativo. Para você ter uma ideia, No meu Conselho Deliberativo que a gente tinha lá na COOMIGASP, são 18 delegados em todo o País, e todos eles eram meus consultores.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Está ótimo. Então, só para consignar: durante 2 anos, o Toni Duarte, através do seu *blog*, recebia 30 mil reais mensais. Esse dinheiro era transferido em espécie ou de conta para conta?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - O dinheiro era para fazer o custeio da empresa dele, dessa empresa que fazia a comunicação, o trabalho dele.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Já entendi. Isso eu já entendi.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - E, além, havia uma verba desse recurso que era destinada para o custeio pessoal dele, porque ele não tinha emprego.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Você sabe quanto ele recebia?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Desse dinheiro?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sim.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Oito mil reais.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Oito mil. Esse dinheiro era transferido de conta para conta ou era em espécie também?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Da conta para ele: na conta dele; às vezes, na conta da esposa dele.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mais só duas coisas, Sr. Presidente. Uma, por que o senhor rompeu com o Sr. Toni Duarte? Foi por conta do dinheiro do empréstimo que você negou? Foi só isso?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Foi assim: primeiro, ele queria que eu aceitasse o negócio da *holding*. Não, primeiro ele queria que eu aumentasse o salário dele. Foi assim: ele queria que eu aumentasse. Eu lhe disse: *"Toni, eu não posso aumentar. Vamos cuidar disso aí, meu irmão. Lá na frente, a mina vai produzir e nós vamos ter um bom recurso, a empresa vai ter, todo mundo vai sair desse vermelhão aí que tu está alegando"*. Porque ele tinha comprado equipamentos que queria pagar, disse que estava devendo e não podia pagar. *"Bem, aguarde."* Aí ele disse: *"Então, vamos fazer o seguinte: me arrume 5 milhões, vamos conversar com a empresa para me arrumar 5 milhões."* *"Eu não posso."*

Estou lhe dizendo, Deputado Domingos Dutra, que, apesar de o senhor ter perguntado para mim como é que a Colossus mandava direto esses recursos para mim, eu quero lhe dizer que eu tenho moral para a empresa, que não tem moral para me acusar em nada do que foi feito, tanto que veio o pedido do Sr. Toni Duarte e eu disse que nunca faria um negócio desse. Aí, depois, veio esse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Deixe-me fazer uma intervenção. Nós já estamos aqui, há mais de 3 horas, e estamos perdendo muito tempo num rebojo, como diz o ribeirinho. Eu quero que as coisas sejam mais... Mesmo porque o Deputado Cleber Verde tem que participar dos trabalhos da Comissão.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, é porque começou e o depoente falou por 32 minutos. Então, aqui tudo foi atípico. Eu queria só fazer as duas últimas perguntas.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - O senhor não queria me ouvir, Deputado?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Não, claro. Mas aqui tem regras, não se pode falar *ad aeternum*.



O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Então, o senhor queria que eu entrasse na confusão e não dissesse a verdade.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Não, é porque aqui tem um Regimento e tem um tempo. E o Deputado Cleber Verde...

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Se o senhor não quiser me ouvir, Deputado, o senhor peça, porque eu me retiro.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu não questionei na hora, porque, quanto mais o senhor falar, melhor para nós. Então, eu não questionei o tempo que o senhor falou, estou dizendo que o senhor falou por 32 minutos e que eu também estou aqui tentando esclarecer.

Eu queria só perguntar, primeiro, duas coisas. Uma: o senhor sabia que, na época em que o Toni Duarte prestava assessoria para o senhor, ele também trabalhava para o Senador Edison Lobão? A segunda: o senhor falou que esse dinheiro, esses 40 milhões, parte deles foi para custear assembleias, para manter despesas de pré-assembleias e assim por diante, mas 65% do dinheiro que a D. Antonia recebeu, dos 19 milhões e 183 mil, foi sacado na boca do caixa. Por que foi sacado na boca do caixa?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Deputado, deixe eu dizer uma coisa: eu sei que o senhor está na sua casa, a Casa de Leis, que também é minha, que também é minha. E eu acho que o senhor está cometendo um erro, porque o senhor não consegue provar isso, o senhor não consegue provar isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Aqui tem documento do COAF, Sr. Gessé.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Cuidado com o que o senhor está dizendo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Tem dinheiro do COAF. Portanto,...

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Eu também sei que estou aqui sob juramento, para dizer a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Eu quero que o senhor responda: o senhor sabia ou não sabia que o rapaz trabalhava para o Senador?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Mas eu já respondi. Mas ele está dizendo, Deputado, que foi movimentado...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Não. Deixe-me intervir. Sr. Gessé, responda ao Deputado Domingos: o senhor sabia ou não sabia que o Sr. Antônio trabalhava com o Senador ao mesmo tempo?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - No início, antes de eu entrar na Cooperativa, tomei conhecimento de que ele trabalhava com o Senador Edison Lobão. Tomei conhecimento de que ele trabalhava com o Senador. Quando eu entrei, ele já não trabalhava mais. Quando ele se aproximou de mim, não trabalhava mais.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sobre o saque dos 65%, você acha que ela sacou na boca do caixa?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Ela não sacou. Veja bem — olhe bem, Deputado, o que estou falando: se houve algum saque na boca do caixa, eu lhe garanto que deve ter sido por algum motivo breve, abreviando as coisas. Como eu lhe disse ainda agora — o senhor não quis levar em consideração —, muitas das vezes, as assembleias, quando eram realizadas, faltavam 3 dias, 4 dias. E aí tinha que se fazer o esforço de dar conta de trazer, porque nós não podíamos deixar um companheiro de fora. Atendíamos a todos no País. No País inteiro, nós atendíamos Tocantins, Pará, Maranhão e Piauí.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, só para registro. Nem pergunto mais. O Sr. Gessé já disse e repetiu que esse recurso foi gasto para mobilização. Os garimpeiros estão espalhados no Tocantins, no Pará e mais no Maranhão.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Muito bem.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - No Maranhão, tem garimpeiro em quase todos os Municípios. Então, para nós, o lógico era que, se esse dinheiro era para mobilizar, teria que ir pelo menos para a região. E 65% desses 19 milhões foram sacados em Imperatriz. Então, ficou meio desconexo você sacar o dinheiro em Imperatriz, para mandar para Brejo, mandar para Pedreiras, para mobilidade. Mas isso vai ser apurado ou na CPI ou está sendo apurado no processo criminal.

Eu estou aqui constatando aquilo que é documento do COAF, que não falha, que está num processo criminal lá em Curionópolis, a que já tive acesso. Não estou com ele aqui, porque, como é coisa de sigilo bancário, nós não podemos andar com



documento do COAF, tem responsabilidade. Mas eu, como advogado e Deputado, já tive acesso ao documento do COAF, do Banco Central, sobre a mobilização financeira.

Portanto, o estranho é que esse dinheiro foi sacado, mais de 50%, em espécie. Se a D. Antonia achou melhor mandar por ônibus, por *van*, em vez de mandar em conta bancária, só ela pode esclarecer no momento oportuno, se houver aqui uma CPI.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Eu queria só encerrar esse assunto da parte do Deputado. Deputado, eu estou lhe pedindo: por favor, ouça a verdade e compreenda a verdade do que vou dizer aqui agora. Tudo o que foi gasto foi aprovado pelos garimpeiros e foi gasto com garimpeiros. Eu não peguei em 1 centavo. Nem o senhor prova, nem COAF prova, nem promotor prova, nem Justiça prova, ninguém prova nada contra mim. O senhor está falando... O senhor está diante de um homem que é lícito em tudo na vida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Vamos dar prosseguimento aos trabalhos.

Com a palavra o Deputado Cleber Verde.

O SR. DEPUTADO CLEBER VERDE - Sr. Presidente, serei breve.

Não tenho, na verdade, perguntas, mas, primeiro, quero rapidamente parabenizar V.Exa. pela autoria do requerimento nesta Comissão de Fiscalização Financeira e Controle; quero cumprimentar o Deputado Domingos Dutra; e quero cumprimentar o Gessé Simão.

Quero dizer o seguinte: eu sou do Maranhão, e confesso a V.Exa. que, quando apresentei um projeto de lei — minha área de atuação aqui é a área de Previdência, eu sou funcionário do INSS —, identifiquei várias questões, entre as quais vi que havia uma falha na Constituição Federal, que, no art. 201, dizia que ao trabalhador rural se equiparavam o lavrador, o pescador e o garimpeiro. Mas, no art. 165, retiraram a profissão de garimpeiro, portanto, eu vi ali uma falha na Constituição, porque retiraram do texto constitucional a possibilidade de o garimpeiro se aposentar.



Então, apresentei uma PEC, uma proposta de emenda à Constituição, para garantir ao garimpeiro o direito à aposentadoria, como acontece com o lavrador, com o pescador. A partir daí, eu tive a oportunidade, Sr. Presidente, de conhecer o Presidente Gessé Simão, conhecer o Toni Duarte, conhecer o Benigno, conhecer as lideranças do movimento garimpeiro e conhecer essa questão do garimpo em Serra Pelada.

Eu quero aqui fazer uma participação sobre o que eu pude perceber. A minha causa é a causa previdenciária, é garantir a esse trabalhador esse benefício, que entendo que está pronto para ser votado no plenário da Casa. Essa proposta de emenda à Constituição esteve em pauta, mas, lamentavelmente, foi retirada pelo Governo para um diálogo maior com o Ministro da Previdência. Fizemos o diálogo. Estamos esperando que essa PEC volte à pauta para votação.

Mas, ainda no decurso da questão do contrato a ser firmado com a cooperativa, na gestão do Presidente Gessé, eu tive a oportunidade de participar de duas audiências, as quais foram citadas aqui pelo Domingos Dutra, em Curionópolis. Eu estive acompanhando, inclusive, a entrega do alvará de lavra, se não me engano. Eu também tive a oportunidade de ir a outra audiência, não me recordo qual.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO CLEBER VERDE - Pronto. Tive a oportunidade de ir duas vezes lá, acompanhado do Deputado Wandenkolk, do Ministro Lobão, de diversas autoridades do Pará e do Maranhão, e eu pude perceber a grandiosidade daquelas audiências.

Sr. Presidente, eu nunca tinha visto tantos ônibus na minha vida e também tantas pessoas reunidas por uma causa em um só lugar, como vi lá. Eu ficava me perguntando que estrutura é aquela para receber aquelas pessoas — almoçaram, dormiram — e como é que se daria aquilo.

Ele disse aqui que foram gastos 2,5 milhões. Não quero saber como foi gasto aquilo, mas imagino que deva ter sido gasto um bom volume de recursos nessas audiências, pela grande quantidade de pessoas, e a grande maioria era de pessoas que vieram de diversos Municípios do Estado do Maranhão.



Tive a oportunidade também, se não me falha a memória, de ir a algumas pré-assembleias para falar do andamento da proposta de emenda à Constituição, de minha autoria. Lógico, eu acabava observando, avaliando e vendo de perto as ações do Presidente Gessé.

Então, Presidente, quero aqui, nesta oportunidade, por ter acompanhado a evolução do que aconteceu lá... Eu me recordo que, quando nos reunimos no Ministério de Minas e Energia com a empresa Colossus, ela disse — eu estava representando o Maranhão como Deputado Federal, havia representantes do Pará, Deputados, Deputados Estaduais, representantes da empresa e da cooperativa — que faltavam 2 meses para a produção mineral.

Presidente, eu tive a oportunidade de ir a Curionópolis e ver a grandiosidade desse trabalho — um túnel escavado com quase 2 quilômetros de profundidade. Ou seja, pelos gastos apresentados pela Colossus, era algo em torno de quase 600 milhões de reais. Eu imagino que deva ter sido realmente isso, porque é uma operação jamais vista, um túnel para chegar onde fica o filão do ouro.

Não é minha área, mas eu tive a oportunidade de ir lá, como membro curioso da Comissão de Minas e Energia e como Deputado, para acompanhar e também de alguma forma fiscalizar essas ações da empresa e da cooperativa. Vi tudo de perto.

Confesso a V.Exa. que lamentei muito o que aconteceu. O que foi colocado aqui é que a Justiça afastou o Presidente Gessé, um líder garimpeiro, eleito democraticamente por todos os garimpeiros. A Justiça o afastou e até hoje, Presidente — por isso, é importante esta Comissão estar trazendo essa discussão para cá —, pelo meu conhecimento, nada foi apurado sobre essa questão do Gessé. Nunca se posicionaram. Parece até que foi uma questão política. Essa é a minha convicção. Até hoje a Justiça que o afastou nada decidiu sobre seu processo, Domingos Dutra. Eu estou estranhando. É importante que a Justiça analise esse processo. A CPI de que V.Exa. fala e esta Comissão que está aqui debatendo esse assunto hoje, têm que apurar isso profundamente, porque não se sabe o que está acontecendo. São 30 mil maranhenses envolvidos nessa questão e que estão esperando uma decisão.



Deputado Domingos Dutra, eu ouvi aqui esse cidadão falando e quase chorando. Eu vi lá a oportunidade de chegar alguma coisa nas mãos dos garimpeiros.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CLEBER VERDE - Pois não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Como o assunto é complexo, por conta do tempo, eu não quis falar sobre a atual situação. Eu estive lá no dia 10 e entrei no túnel. Na verdade, a empresa Colossus é uma fraude. Ela nunca foi empresa de mineração. Como o Canadá é o país que mais faz prospecção no mundo — e o Deputado Edio deve saber disso mais do que nós —, a Colossus é uma empresa júnior. O planejamento de gastos foi feito errado, não previram que ia dar em uma rocha de arenito e com muita água. Dizem que já gastaram 700 milhões de reais. Demitiram a direção da Colossus aqui. Os investidores, na semana passada, disseram que não têm dinheiro, que não querem botar mais dinheiro, não há investidor. Ela começou a desmobilizar o canteiro. A Justiça deu uma liminar, na sexta-feira, para impedir que deixem de fazer o bombeamento. Portanto, houve uma grande fraude ali, a partir da própria quantidade de dinheiro que foi depositado. É uma coisa absurda! São 7 anos, e a empresa já pediu, quatro vezes, adiantamento para começar a produzir. Ninguém sabe qual é a estimativa de ouro que há lá. O Ministério de Minas e Energia diz uma coisa, a Colossus diz outra. Ou seja, o projeto é uma fraude e uma grande ilusão. Sabe por quê? Porque misturaram política eleitoral com portaria de lavra, e aí deu nisso. As pessoas se envaideceram, se iludiram, e está lá um projeto sem destino.

O SR. DEPUTADO CLEBER VERDE - Para garantir o início da atividade mineral, Deputado Domingos Dutra, tinha que ter a lavra, tinha que ter a licença ambiental. Tinha que ter toda a questão política envolvida para poder garantir o início da atividade.

Eu quero dizer a V.Exa. que tudo o que foi feito pelo então Presidente Gessé Simão está quase por se perder, Sr. Presidente. O que V.Exa. e esta Comissão têm que fazer é convocar novamente o Promotor de Justiça, que não veio, para vir a esta Comissão, convocar o interventor. Eles têm que estar aqui para esclarecer esses fatos. Não dá para entender isso. Inclusive, a Comissão deve convidar o juiz, se for



necessário, para esclarecer os fatos e encontrar uma solução. Aliás, tenho tido oportunidade de percorrer o Maranhão e vejo que os líderes garimpeiros depositam grande confiança no Sr. Gessé Simão, pelo seu trabalho. Eu quero aqui registrar que acompanhei parte desse trabalho. Digo e repito: meu papel aqui é na questão previdenciária, mas acompanhei a questão da produção mineral. Para a empresa iniciar as suas atividades, era necessário ter alvará, licença ambiental, etc. Prestes a acontecer a produção mineral, lamentavelmente, aconteceu o afastamento do Presidente Gessé. Hoje, a própria empresa está abrindo falência, está saindo do processo. É necessário resolver essa questão judicial, definir exatamente a questão da liderança garimpeira de novo no processo e encontrarmos uma saída que permita tocar novamente o projeto.

O que não pode, Deputado — aquela área é dos garimpeiros, inclusive, 30 mil maranhenses são donos daquela área —, é deixar que se perca algo que foi iniciado, cujo resultado final está prestes a acontecer. Como V.Exa. acabou de falar, homens de cabeça branca, muitos já morreram na produção, na época, outros estão esperançosos com uma produção que não acontece.

Portanto, quero concluir pedindo a V.Exa., Presidente, que convoque aqueles que foram convidados e que não vieram, para que possamos ir a fundo nessa questão. Se for para ser CPI, que façamos a CPI. Mas nós temos que dar uma solução para esse problema. Nós não estamos defendendo cooperativa, nem presidente de cooperativa, nem sindicato. Nós estamos defendendo é o garimpeiro. É assim que entendo, que o Deputado está com esse propósito e V.Exa. também. Há muitos garimpeiros oriundos de Serra Pelada que moram em seu Estado, e no Maranhão não é diferente. Nós temos que defender esses garimpeiros com todas as forças. Esse é o caminho. Então, vamos convocar essas autoridades, juízes, promotores, para debaterem aqui com a Comissão, como fez o Presidente Gessé, que veio aqui, se expôs e trouxe a sua palavra. Que eles venham também para cá! Que nós possamos, como legisladores que somos, em conjunto com a Justiça, encontrar uma saída que venha garantir ao garimpeiro o resultado que ele espera!

É isso que eu queria dizer. Parabênizo V.Exa. Que nós possamos fazer outro debate como este, convocando as autoridades que hoje não estiveram aqui!



O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Ao estarmos encaminhando para finalização dos trabalhos, eu quero aqui reconhecer os extraordinários serviços que V.Exa. presta a este País, especialmente à classe dos garimpeiros. Eu acompanhei e tive a oportunidade de, em alguns momentos, dar minha modesta contribuição às propostas de V.Exa., por demais justas e por demais já esperadas.

Portanto, Deputado Cleber Verde, ninguém melhor do que nós aqui para testemunhar a grandiosidade do idealismo que move V.Exa. na busca desse direito, na busca da correção dessa injustiça com milhares de brasileiros, que, em resumo, estão na linha de frente. Não há grande mina neste País que não tenha sido descoberta por nossos garimpeiros, muitas vezes enfrentando questões ambientais, jurídicas, e por aí vai.

Eu quero ser muito rápido aqui e perguntar ao Sr. Gessé se a Colossus, em algum momento, deu dinheiro em espécie a integrantes da cooperativa ou 100% desses 50 ou 40, ou não sei quantos milhões foram todos transferidos para bancos. Sim ou não?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Foram transferidos para bancos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Sempre para banco.

Segunda pergunta. Já que esse dinheiro sempre foi colocado na conta de alguém...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - É bom responder no microfone, para ficar gravado.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Isso, isso, aqui está.

Deixe-me dizer, todas as vezes, os procedimentos eram feitos em âmbito bancário, até para poder justificar a contabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - O.k. Se não era para a conta da entidade e era, por exemplo, para a conta da D. Antônia, eu lhe pergunto: a Receita Federal não está atrás da D. Antônia para ela comprovar esses rendimentos e Imposto de Renda? Como é que a Receita tem tratado esta questão?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Quero dizer ao senhor que é uma preocupação...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Não, mas a Receita já chegou a notificar?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Já, já, já buscou, já buscou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - O.k. Então a Receita tem conhecimento.

A última pergunta é a seguinte: Quantos sócios tem a cooperativa?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Trinta e oito mil sócios. Quando eu cheguei lá eram 45.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Trinta e oito mil. Desse dinheiro, foi pago algum valor, como dividendo deste trabalho, a esses 38 mil garimpeiros? Sim ou não?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - O dinheiro que foi requerido foi para o custeio operacional, conforme diz aqui o documento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Não, eu quero saber se foi dado a ele...

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Não, não, apenas atendia a uma parte social dos garimpeiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - O.k. Eu entendi. Já respondeu à minha pergunta.

O senhor disse que tem uma série de documentos que ia deixar nesta Comissão.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Vou deixar agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Eu gostaria de saber da cópia da sua denúncia à Polícia Federal.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Chamo a secretária da Comissão para ir recebendo e catalogando os documentos.

O SR. DEPUTADO CLEBER VERDE - Presidente Gessé, com licença, só para contribuir com a pergunta do Presidente Edio Lopes. Algum garimpeiro, que saía do Município para ir a essas assembleias, pagava algum valor para ir de ônibus a Curionópolis para as audiências públicas, pagava algum valor para almoçar, para dormir em algum lugar?



O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Tudo era custeado pela cooperativa, descontado dos prêmios. Também ninguém gastava nenhum valor que pudesse comprometer os 25% dos garimpeiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Então, o senhor vai nos deixar a cópia do contrato da cooperativa com a Colossus.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Os termos de aditivos foram quatro.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Mas eu só tenho comigo uma cópia do terceiro aditivo, porque entendi que era o mais importante, porque ele é que prevê os recursos que eram repassados para a cooperativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Sim, mas o senhor se compromete a encaminhar a esta Comissão os outros?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Claro, claro, com o maior prazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - O.k.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - E não só isso. Vou ter que mandar todas as demais atas da prestação de contas, conforme o Deputado Domingos Dutra pediu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - O.k. Pelo menos durante a sua fala, o senhor se comprometeu a deixar com esta Comissão inúmeros documentos.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Este é...

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - O da Polícia Federal que o senhor pediu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Pronto. O Sr. Gessé está nos encaminhando um termo de declaração dele à Polícia Federal, prestado no dia 24 do mês de junho de 2013.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Eu quero passar para o senhor o termo de aditivo. Eu não posso passar, porque é o original, mas o senhor podia mandar tirar uma cópia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Comissão, providencie cópias rapidinho, por favor.



O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Há um compromisso, que foi firmado no Ministério de Minas e Energia, em que consta os 25%.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Então há um termo. Ele vai passar a cópia do termo de compromisso firmado entre a cooperativa e o Ministério?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - É o da SPCDM — Serra Pelada Companhia de Desenvolvimento Mineral. Todo o mundo assinou esse termo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Este é o termo aditivo que estabeleceu os 25% de participação dos garimpeiros?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - O.k.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Está aqui o terceiro aditivo em que consta o prêmio de 350 mil reais mensais para a cooperativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Pronto, o terceiro aditivo trata do prêmio de 350 reais mensais da Colossus para...

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Trezentos e cinquenta mil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Trezentos e cinquenta mil reais mensais.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - E mais os adiantamentos que foram feitos para o custeio das assembleias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - O.k. Isso já é cópia?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Já é cópia. Eu também quero lhe passar uma cópia da minha prestação de contas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Cópia da prestação de contas.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Eu também quero passar uma cópia da minha prestação de contas, que foi apresentada em juízo, a ata da prestação de contas de 2010, que é onde consta a denúncia ou a notificação dos 19 milhões. Tem o diário e o balanço ativo e passivo do que foi movimentado, foi prestado contas com a sociedade. E tem o parecer do conselho fiscal aprovando a ata de aprovação pelos garimpeiros; e o parecer do conselho fiscal aprovando a nossa prestação de contas em 2010.

Eu quero apresentar um documento que prova que a cooperativa foi saqueada. Inclusive o Deputado Domingos Dutra chegou a perguntar: “você



denunciaram isso na polícia?” Foi denunciado na polícia. Há outra cópia. Foram dois documentos que eu peguei: uma declaração do diretor financeiro e um documento do presidente do conselho fiscal.

Só um minutinho, por favor. Qual foi o documento que eu disse?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - O documento que o senhor acaba de nos entregar é o referente ao furto de documentos da sede...

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - É. Eu quero lhe entregar mais uma cópia.

Só 1 minuto, por favor. Aquele é do diretor financeiro, e este aqui é do presidente do conselho fiscal, que denunciaram na polícia. Eu tenho os BOs registrados, mostrando que a cooperativa foi saqueada, roubaram os documentos na época. Inclusive, os vândalos foram denunciados: o Sr. Vítor Albarado, estou citando o nome dele, e de lá é que foi autorizado por este Toni Duarte, que queria de qualquer maneira me incriminar.

Quero apresentar aos senhores, também, a notificação que eu fiz à empresa. Entendo que foi isso que gerou o meu afastamento. Está aqui a notificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Notificação apresentada à Colossus?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - E eu fiz isso por causa deste documento que — eu falei aqui do Portal G1, da Globo — foi apresentado por eles mesmos, dizendo a data em que iam iniciar a produção mineral. E aí não fizeram. Por essa razão, eu resolvi puni-los, eu não, a sociedade. E foi por causa dessa punição que eles se levantaram contra mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Aqui está o original do termo de compromisso da União, através do Ministério das Minas e Energia, DNPM, da Colossus e da cooperativa. Aqui está o original do senhor, e aqui fica a nossa cópia.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Quero apresentar aos senhores um documento que prova o aliciamento, a proposta que foi feita pelo promotor ao meu companheiro, o que ficou no meu lugar. Esse documento é o mais importante. Estou nervoso com esta situação. Este aqui é o documento. Está faltando a declaração — não está lá, não, doutor? —, Deputado, que prova que foi feita uma negociação para me afastar. Essa declaração está assinada por um companheiro meu, o promotor o fez assinar.



Srs. Deputados, essa declaração aí foi assinada pelo Sr. Valder Falcão, que assumiu o meu lugar. O que eu entendo é que, como não existe nada contra mim para justificar o meu afastamento — até hoje não apresentaram nada, o que apresentam são essas conversas dizendo que houve isso, que houve aquilo, tudo mentira, tudo enganação para confundir as pessoas —, então o promotor criou uma prova, induziu o meu companheiro, o que ficou no meu lugar, a assinar, prometendo que ele ficaria no meu lugar.

Está aqui o documento do meu companheiro. Ele disse que assinou um documento em cartório, mas não sabia que documento era esse. O promotor só disse: *“Olha, pra tu ficar bem, assina este documento aqui”*. O promotor não deixou que o advogado dele entrasse, nem os demais diretores. Está aqui o documento dos demais diretores. Foram em cartório e pediram para falar em juízo, porque sabem o que houve.

Então, Deputado, o que houve lá foi uma forma de me afastar, criando um documento. Eles sabem que este negócio que ele criou aí não tem nenhum valor. Ao contrário, se eu tenho que responder por alguma coisa, como o senhor falou, na Receita Federal, nós vamos responder. Não foi uma ilicitude que eu cometi com a intenção de fazer aquilo. Eu peguei o bonde caminhando. Já vinha de muitos anos isso. Então, eu fiz também, pensando que isso podia ser certo. Depois que descobriu que isso não tinha nenhum valor, para me incriminar, como ele disse que houve desvio e que houve formação de quadrilha, o promotor gerou este documento, pensando que nunca ia acontecer o contrário, até que o meu companheiro se manifestou em juízo. Ele está mandando para o juiz, pedindo que o ouça, porque o promotor o enganou, cometeu uma injustiça para comigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Mais algum documento que o senhor gostaria de passar a esta Comissão?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Sim. Como eu lhe disse, nós tínhamos o compromisso de pagar as ações trabalhistas. E está aqui a previsão do pagamento dessas ações trabalhistas no acordo que nós fizemos com a Colossus. Deixe-me procurar aqui. *(Pausa.)* Ah! Está aqui. Oito milhões — o prêmio era representado pela quantia de 33 milhões —, o montante que tinha de ser pago na época. Iam pagando mensalmente, mas ficaram 8 milhões, a serem utilizados para pagamento



dos débitos trabalhistas da Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Serra Pelada — COOMIGASP. Isto aqui é a prova de que íamos pagar para poder libertar a nossa conta. Havia o compromisso de fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - O senhor está passando cópia do primeiro aditivo ao contrato de promessa de cessão e outras avenças celebrado em 17 de março de 2010.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Da Serra Pelada Companhia de Desenvolvimento Mineral — SPCDM. E aqui está uma cópia da proposta inicial, que não foi comigo, mas a proposta inicial da Colossus, para poder fazer o negócio com a COOMIGASP, quando aconteceu.

Diante dos fatos que estão acontecendo hoje, por falta de confiança... Nesse mesmo documento que o Valder assinou, ele está mostrando que assinaram isto aqui, e os diretores estão dizendo que assinaram o Termo de Ajustamento de Conduta — TAC, aliciados também pelo promotor, um TAC que favorecia a Colossus, na época.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - O.k. Promotoria de Justiça de Curionópolis.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Por todo desmazelo que está acontecendo lá, acabando com tudo, nós entramos com um pedido de suspensão da portaria de lavra. Eu gostaria que tirassem uma cópia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Um TAC assinado entre a Promotoria de Curionópolis, a COOMIGASP e...

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Por gentileza. Eu dei uma cópia do TAC para o senhor agora?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Está aqui.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - O que está faltando agora é entregar para o senhor as atas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Exatamente.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - ... de todas as...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - O senhor deu a de 2010.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Eu vou dar porque foi por causa dela que eu fui citado. Quero lhe entregar, em mãos, este DVD, que foi produzido pela Frente



de Defesa dos Direitos e Interesses dos Garimpeiros de Serra Pelada — FREDDGASP, pela coordenação do conselho de representantes da COOMIGASP. Em cada cidade, onde há mais de cem garimpeiros, existe um conselho. O DVD se intitula: *A Verdade sobre Serra Pelada*. Eu gostaria muito que o senhor perdesse o seu tempo para ver isso aí.

Quanto aos documentos que eu tenho aqui, são as cauções, as coisas que representam... Se precisarem de mais algum documento, estou pronto para, a qualquer minuto, entregar. Essas são as cópias que eu tinha para passar aos senhores. Se precisarem de uma cópia do contrato original, eu também passo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - O senhor tem o contrato original aqui?

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Eu acho que eu tenho. Deixe-me só dar uma olhada aqui. *(Pausa.)* Eu vou mandar tudo que precisarem. Deputado, eu me comprometo a enviar uma cópia do contrato original.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Então, nós vamos ficar no aguardo do encaminhamento de uma cópia do contrato original da cooperativa com a Colossus.

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, mais uma vez eu gostaria de agradecer pela presença ao convidado.

O SR. GESSÉ SIMÃO DE MELO - Eu queria passar também para o senhor esse jornal, que traz uma reportagem sobre o ex-presidente, em que ele diz ter sido enganado. É o rapaz que disse que assinou o documento enganado. Há também a resposta do promotor nesse jornal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - O.k.

Então, queremos agradecer ao Sr. Gessé pela presteza nas informações aqui prestadas a esta Comissão.

Declaramos encerrada a reunião.